

SEMANA

21 Quarta-feira

A Assembleia da República debate a impugnação das sete propostas de lei do Governo PS/PSD de agravamento dos impostos. Ernâni Lopes, ministro das Finanças, parte para os EUA para explicar a sua política ao FMI. A CGTP-IN apela aos trabalhadores e população em geral para manifestar o seu repúdio pela política governamental e contra o aumento do imposto profissional; a Associação Lisboense dos Proprietários divulga um comunicado em que «recusa veementemente os aumentos da contribuição predial e de sisa». O novo presidente da Assembleia Geral da ONU, Jorge Illueca, adverte que o mundo se aproxima do que pode ser o detonador de um holocausto nuclear e que só as Nações Unidas o poderão evitar. A CEE anuncia em Bruxelas que o desemprego nos países da comunidade afecta já 11,7 milhões de pessoas. Centenas de milhares de pessoas manifestam-se em Manila contra a política do regime filipino.

22 Quinta-feira



Os deputados Ângelo Correia, Nândim de Carvalho e Vaz Portugal voltam pela 3.ª vez a não conseguir ser eleitos na Assembleia da República, onde os seus partidos têm a maioria, respectivamente para o Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho da Comunicação Social e Presidência do Conselho Nacional do Plano. Entram em vigor os novos preços do leite, substancialmente agravados. O Conselho de Ministros decide criar mais um grupo de intervenção na PSP. Os trabalhadores da banca e seguros concentram-se no Rossio em defesa das nacionalizações dos respectivos sectores. A oposição brasileira, com os votos de alguns deputados da maioria governamental, rejeita no parlamento o acordo firmado com o FMI. O Movimento pela Restauração da Democracia no Paquistão apela a uma greve geral de dois dias em 28 e 29 deste mês.

23 Sexta-feira



A maioria PS/PSD aprova na Assembleia da República o pacote de novas cargas fiscais que atingem em particular os trabalhadores. Os reformados de Lisboa e Setúbal anunciam uma «Marcha da Fome» para o dia 1 de Outubro, em que desfilarão do Terreiro do Paço ao Rossio em absoluto silêncio e empunhando bandeiras negras. Os trabalhadores da EPNC manifestam-se contra o desmantelamento da empresa. Mário Soares chega à Madeira para conversações com o respectivo governo regional. É inaugurada no Casino Estoril a semana de Mogambique. As forças norte-americanas voltam a atacar posições da resistência libanesa. Registam-se violentos confrontos entre a população e as forças policiais na capital das Filipinas em manifestações contra a ditadura do presidente Marcos. A junta militar argentina promulga uma lei de amnistia aos crimes dos militares na luta contra a oposição ao regime. Os bispos católicos da Escócia protestam contra a eventual instalação de mísseis norte-americanos na Grã-Bretanha.

24 Sábado



Os concelhos de Petrela e Miranda do Corvo, no Alto Mondego, continuam a ser pasto das chamas que os bombeiros são unânimes em considerar de origem criminosa. O Plenário da CGTP-IN reunido na Voz do Operário convoca uma jornada nacional de luta contra a política do actual Governo para o próximo dia 15 de Outubro. Continuando a censura que vem sendo feita aos representantes dos trabalhadores e forças progressistas a RTP ignora em absoluto as iniciativas do movimento sindical unitário; o secretariado nacional da Inter é mandatado para apresentar queixa deste procedimento na AR. Diversas manifestações assinalam no Chile o 10.º aniversário da morte de Pablo Neruda; as forças repressivas efectuam várias prisões. Uma revista da RFA revela que o ex-presidente dos EUA, Richard Nixon, foi impedido à última da hora de viajar no jumbo sul-coreano que violou o espaço aéreo soviético, onde tinha lugar marcado.

25 Domingo

Os dirigentes do MDP/CDE apresentam as conclusões da reunião do Secretariado do seu partido que apontam para a necessidade de uma nova política que permita a reconstrução de um Portugal democrático. Mota Pinto afirma em Viseu que Portugal tem se amoldar à CEE nomeadamente no que se refere ao quadro jurídico-laboral europeu; disciplina e austeridade são para o vice-Primeiro-Ministro os pilares para o conseguir. Mário Soares regressa da visita à Madeira onde descobriu a grande afinidade de opiniões que tem com João Jardim. A rádio oficial libanesa anuncia a entrada em vigor de um acordo de cessar-fogo entre as partes em confronto no Líbano; a notícia coincide com a chegada a Beirute do couraçado New Jersey e de mais 400 fuzileiros norte-americanos. Quarenta patriotas irlandeses fogem da prisão de Maze, nos arredores de Belfast, considerada de alta segurança e destinada em especial aos membros do IRA.

26 Segunda-feira

O Governo retoma a ofensiva contra a Reforma Agrária entregando cinco herdades a latifundiários e falsos agricultores nos distritos de Setúbal, Évora e Portalegre. Fogos de origem criminosa devastam vastas áreas florestais nos distritos da Guarda, Porto, Viseu, Vila Real e Faro; também de origem criminosa o fogo que consumiu por completo a Sé Catedral de Angra do Heroísmo, monumento do Século XIV. Chega a Portugal o ministro do Interior da Nicarágua, Tomás Borge, dirigente da Frente Sandinista. Salgado Zenha anuncia que não estará presente no Congresso do PS que se inicia na próxima sexta-feira. Começa em Lisboa o Seminário Africano sobre Economia do Petróleo. O primeiro-ministro libanês, Shafic Wazzam, apresenta a demissão do seu governo para «abrir caminho ao diálogo de reconciliação nacional» após o cessar-fogo no país. O PSD da RFA obtém a maioria absoluta em Bremen e passa a ser a principal força política no Hesse após as eleições regionais de domingo. O directório do FMI decide restringir o acesso aos fundos da organização por parte dos países com problemas financeiros e de dívida externa.

27 Terça-feira

Reunido para fazer um balanço à situação política, económica e social e preparar o X Congresso, o Comité Central do PCP considerou que «a luta de massas continua a ser a força essencial capaz de determinar uma alternativa democrática e uma política democrática». O Governo prossegue ofensiva contra a Reforma Agrária mandando entregar cinco reservas a agrários e falsos agricultores. O fogo que há vários dias assolava muitas regiões do País continua a devastar vastas áreas de florestas. Wilfred Burchett, considerado um dos maiores reporteres de sempre, morre em Sófia, capital da Bulgária, com 72 anos. Um semanário do país vizinho revela que a maioria dos espanhóis quer a saída da NATO. Deixa Lisboa, depois de contactos com diversas entidades oficiais, o comandante Tomás Borge, ministro nicaraguense do Interior.

Editorial

TRAVAR A CORRIDA PARA O DESASTRE E A BANCARROTA

No início da semana o Comité Central do PCP, reunido especialmente para a preparação do X Congresso, abordou a situação política actual, o agravamento da crise económica e social sob a nefasta gestão PS/PSD, as tarefas centrais do Partido na presente conjuntura, a resposta necessária à política do Governo.

Debruçando-se sobre a acção de Mário Soares como Primeiro-Ministro, o Comité Central do PCP concluiu que o Secretário-Geral do PS se afirmou como um político do grande capital liderando as forças de direita.

De facto, nos dias actuais e com maior agudeza nos dias que vão seguir-se, os portugueses, em particular os trabalhadores, encontram-se perante uma situação que o Governo Soares/Mota Pinto, na continuidade da política antipopular da AD, conduziu aos limites do insustentável.

Torna-se claro que o objectivo central da política liderada por Mário Soares é a rápida reconstituição do poder económico e político dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifundiários nas suas formas mais típicas.

Tal objectivo — a ser atingido — implicaria a destruição das grandes conquistas sociais e económicas do 25 de Abril, designadamente das nacionalizações e da Reforma Agrária, e a alienação dos direitos, liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores e do povo.

Um novo surto da política de recuperação capitalista desenvolve-se em vasta escala, clinicamente envolto num manto de demagogia característico da política de direita.

É uma situação que não pode ser encarada de ânimo leve pelo movimento operário, popular e democrático. A grande jornada nacional de luta do dia 15, convocada pelo plenário da CGTP-Intersindical, representa uma clara tomada de consciência quanto ao único caminho que se oferece aos trabalhadores.

É um facto comprovado que a hipocrisia domina os actos e as palavras dos actuais governantes, com destaque para os chefes de fila da nova coligação de Poder.

Soares, impante na mentira, diz na Madeira: «Este Governo tem tido um êxito que ultrapassa as minhas expectativas». Conhecida a «rica obra» destes «100 dias» de Governo é caso para nos interrogarmos sobre quais seriam as «expectativas» do Primeiro-Ministro.

A «coragem» para agravar numa escala sem precedentes as condições de vida do povo trabalhador materializa-se cada dia que passa e é exibida com o maior descaro.

Soares exalta com frequência a sua «coragem» para impor medidas antipopulares e Mota Pinto diz mesmo, em Cabeceiras de Basto: «Seria uma cobardia ter medo de tomar as medidas necessárias. Vimos aqui também colher um estímulo para corajosamente sermos dignos da Pátria».

Simultaneamente, a sombra da repressão e da ameaça totalitária alargam-se na vida nacional.

Mecanismos incombíveis no Portugal de Abril são activados para amordçar a oposição democrática na Assembleia da República e para domesticar e governamentalizar os órgãos de comunicação social do Estado.

Novos órgãos repressivos visando confesadamente uma alegada «agitação social» (onde é que nós já ouvimos isto?) foram ultimamente criados e outros estão na forja.

Surto de repressão e de violência antipopulares acendem-se no nosso panorama social, em particular em áreas onde a classe operária e os pequenos e médios agricultores se vêem compelidos a recorrer a formas de luta contra as quais o Governo faz campanha mas que são justificadas e rigorosamente inscritas nos seus direitos constitucionais.

Na sua imensa maioria os portugueses interrogam-se sobre o seu futuro imediato e a sorte do seu país, particularmente sobre os meios de travar esta corrida suicida para o desastre e a bancarrota.

A resposta às cruciantes interrogações populares não é

pode ser iludida pelas falas demagógicas do Primeiro-Ministro e do seu segundo.

Torna-se igualmente claro que não pode ser dada no quadro da política actual nem pelos homens que neste momento ocupam o Governo e manobram à sua feição o aparelho legislativo.

Dizer que a hipocrisia e a demagogia dominam os actos e as palavras dos governantes ao serviço de interesses estranhos ao nosso Povo e ao nosso país não é aqui uma imagem de retórica ou uma facilidade de expressão desajustada.

É, pelo contrário, uma realidade inteiramente comprovada pelos factos.

No dia 7 do mês em curso, numa conferência de Imprensa aparatosamente encenada no Palácio Foz para fazer o triste balanço dos primeiros «Cem dias» do Governo, o Primeiro-Ministro Mário Soares disse enfaticamente ao País: «Não haverá mais dificuldades do que as que os portugueses já conhecem», uma frase propositadamente ambígua mas suficientemente clara, seguindo-se aquela hilariante tirada sobre as «bichas»...

Demos de barato a mentira das controvertidas e demagógicas «Cem medidas» de Mário Soares e fixemo-nos apenas no que aconteceu depois daquele dia 7.

Mesmo ali, na conferência de Imprensa, Soares disse aquilo e o contrário quando avança o sombrio prognóstico de mais 100 000 desempregados até ao fim deste ano — o que elevará o total para mais de meio milhão em 1983.

Logo no dia seguinte, dia 8, depois das «esperanças» palavras do Primeiro-Ministro, um forte contingente da Polícia de Intervenção à ordem do Governo avança para a Marinha Grande e ocupa a vila numa operação relâmpago que fez lembrar os tempos da «velha senhora».

Nesse próprio dia, o Conselho de Ministros encarrega o MAI de transmitir «directivas concretas às forças de segurança interna para situações que põem em causa a ordem e a tranquilidade públicas».

Está visto que a luta dos operários da CIVE — como da Fontela, da Figueira da Foz — pelo pagamento de salários em atraso há mais de um ano, uma luta que tem a solidariedade dos trabalhadores vidreiros e da população da Marinha Grande, «põe em causa a ordem e a tranquilidade públicas»...

A cronologia dos acontecimentos desde as miríficas palavras do Primeiro-Ministro no dia 7 é elucidativa:

No dia 8 é publicada no Diário da República a lei do «lay off» (dos despedimentos) e no dia 13 o Conselho de Ministros determina a desactivação da Setenave, uma empresa com encomendas até 1985, com uma taxa de ocupação de mão-de-obra superior à sua capacidade de produção.

O regime do «lay off» é aplicado.

No dia 10 o Governo e a sua maioria PS/PSD manipulam o órgão de soberania Assembleia da República e proíbem ao respectivo presidente de assistir às comemorações do 25 de Abril, no Bom Sucesso.

No dia 12, diz-se que por indicação pessoal do Primeiro-Ministro, transmitida pelo seu assessor de Imprensa, a RTP faz silêncio sobre a gigantesca realização de massas que foi a Festa do «Avante!».

No dia 14 o Conselho de Ministros declara a EPNC em situação económica difícil, aplica também o «lay off» antecipado a esta empresa pública proprietária do «Diário de Notícias», de «A Capital» e também de 51% do «Jornal de Notícias», do Porto, e paga apenas 10 contos do salário a cada trabalhador.

No mesmo dia o Governo decreta quatro novos impostos entre os quais os 1000 escudos por cada saída do País, o que afecta seriamente o pequeno turismo das zonas fronteiriças, aumenta para 60 escudos o papel selado; sobe as portagens das auto-estradas e da Ponte 25 de

Abril em 50% (o que provoca engarramentos monstros nas velhas estradas onde não se pagam portagens, com prejuízos que ultrapassam as receitas que o Governo pretende com os impostos).

Do dia 1 ao dia 14 o escudo perde 2,4% do seu valor em relação ao dólar e 1,8% em relação ao marco da RFA.

No dia 15 é submetido à AR um novo imposto retroactivo de 25% sobre o 13.º mês, que é aprovado pela maioria PS/PSD, destinado a cobrar 22 milhões de contos, dos quais 20 milhões tirados directamente dos rendimentos dos trabalhadores e destes, só da Função Pública e dos militares, 3 milhões de contos.

Tecnicamente, aos trabalhadores que ganhem 22 contos o novo imposto levará, com outros, todo o 13.º mês. No dia 18 anuncia-se a prática liquidação da Anop e torna-se conhecida a ameaça de encerramento de 49 empresas têxteis que lançará no desemprego mais de 7000 trabalhadores.

Eleva-se o número e o montante dos salários em atraso. Além de empresas como a Lisnave, a Gelmar, a Novobra, a Fontela, a CIVE, a EPNC, a Bertrand, a Injecta, a Metalúrgica do Cacém, a Celtex, a Ernesto Cruz, entre muitas outras, sabe-se que só na indústria têxtil os salários em atraso somam 540 000 contos e no Distrito de Setúbal ascendem já a mais de 600 000 contos.

No dia 19, sabe-se que o «crédito mal parado» sobe já a 170 milhões de contos!

No dia 20 é aumentado o preço do leite ao consumidor para 395\$0 o litro e de melhor qualidade, pagando-se ao produtor apenas 31 escudos — o terceiro aumento em três meses — falhando-se já numa nova subida de 30% nas rações.

No dia 26 recomeça com grande aparato da GNR em UCPS do Alentejo e Ribatejo um novo esbulho de cinco herdades como reservas das decretadas por Basílio Horta, agora executados pelo Governo de Soares. A ofensiva contra a Reforma Agrária é de novo retomada com brutalidade.

A escalada da recuperação capitalista intensifica-se. A hipocrisia dos actos e das palavras é a marca de «seriedade» do Governo Soares/Mota Pinto.

Compreende-se agora melhor os alaridos de Mota Pinto e de Mário Soares contra as «manobras desestabilizadoras» do PCP em Setembro e Outubro. O cinema desta gente não tem limites!

Eles, os governantes, desestabilizam de facto a economia, o clima social, as instituições mas, claro está, o PCP, que propõe soluções viáveis para os problemas nacionais e uma saída democrática para a crise, o PCP, que aponta aos trabalhadores e ao povo o único caminho da luta para enfrentar a política de desastre e de bancarrota do Governo, é quem «desestabiliza».

Até a velha técnica anticomunista dos tempos do fascismo é retomada pelo actual Governo...

Os chefes de fila da coligação governante acusam o PCP de projectar uma «onda» de greves mas são eles com a celeridade da lei do «lay off» que legalizam na prática o «lock out» do patronato, não por alegada resposta ao uso legítimo do direito de greve pelos trabalhadores, mas para empobrecer mais ainda a classe operária, para acentuar o roubo dos salários, para forçar a acumulação capitalista.

Uma grande interrogação não pode deixar de acudir aos democratas: vão os trabalhadores socialistas, em vésperas do Congresso do PS, aceitar uma tal política liderada pelo Secretário-Geral do seu partido?

De facto o PCP defende a resposta necessária a essa política: a luta de massas, a acção perseverante, firme, organizada e unida do movimento operário, popular e democrático, uma alternativa democrática à situação actual.

«A luta de massas — diz-se no documento saído da reunião do Comité Central — continua a ser a força essencial capaz de determinar uma alternativa democrática e uma política democrática».

Delegação visitou a Polónia e foi recebida por Jaruzelski

A convite do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco visitou a República Polaca a delegação do PCP, de 18 a 23 de Setembro, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Carlos Carvalhas, membro do Comité Central e Américo Costa.

A delegação do PCP foi recebida por Wojciech Jaruzelski, Primeiro Secretário do CC do POUP.

A delegação do PCP realizou conversações com uma delegação do POUP composta por Josef Czyrek, membro da

Comissão Política e do Secretariado, Cz. Dega, responsável da Secção Internacional e T. Zarela e M. Kajdy, respectivamente vice-responsável e membro da mesma secção.

A delegação realizou numerosos encontros, reuniões e visitas de trabalho. Encontrou-se com uma delegação do Comité de Varsóvia do POUP dirigida por M. Worzniak, membro da Comissão Política e Primeiro Secretário do respectivo Comité; com uma delegação do Comité Provincial de Poznan do POUP dirigida por Stanislaw Kalkus, membro da Comissão Política; com W. Barcikowski,

membro da Comissão Política e do Secretariado do POUP e W. Baka, membro do Comité Central e ministro responsável pela Reforma Económica.

A delegação do PCP foi também recebida na sede do Movimento Patriótico de Renascimento Nacional (PRON), pelo seu presidente, J. Dobraczynski.

Realizaram-se ainda encontros com o Comité Sindical



Wojciech Jaruzelski, Primeiro-Secretário do CC do POUP

vimento comunista e operário. Possibilitou em particular um melhor conhecimento da realidade polaca em múltiplos domínios e da acção do POUP no sentido da normalização da situação e de consolidação do socialismo na Polónia.

A visita da delegação do PCP à Polónia contribuiu para o reforço das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o POUP.

Os dislates e falsificações do presidente da RTP

Na passada sexta-feira, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

As absurdas justificações e tortuosas explicações que o Presidente do Conselho de Gerência da RTP, em entrevista a um semanário, hoje avança para fundamentar o comportamento da RTP designadamente face ao comício da Festa do «Avante!», tornam necessário o seguinte comentário:

1. O Presidente do C.G. da RTP é livre de subscrever os dislates e as falsificações que quiser. Pode proclamar, para gáudio geral, que a RTP até foi «perfeitamente generosa» na cobertura da Festa do «Avante!». Pode ainda estabelecer fantásticos paralelismos entre uma Festa que há — a do «Avante!» promovida pelo PCP — e as que não há — doutros partidos e suas folhas informativas. Pode mesmo, com total despropósito, congeminar argu-

mentos de natureza económica. Pode até, ridiculamente, invocar percentagens de ocupação de tempo do Telejornal que depois não revela nem explica.

2. A verdade, porém, é que tudo isso, sendo um precioso contributo para o conhecimento público da capacidade de mistificação e do atrevimento do Presidente do CG da RTP, continua evidentemente a não explicar porque razão uma importante actividade política do PCP (o comício da Festa e a intervenção do Secretário-Geral do PCP) foi sonogada aos telespectadores, enquanto que qualquer declaração à entrada ou saída de reuniões dos partidos do Governo é motivo obrigatório de reportagem da RTP.

3. Como continua ainda a não explicar porque razão, contrariamente ao que a sua especificidade ditaria, a RTP silenciou tudo quanto até a imprensa escrita divulgou, já que esta,

como é sabido, publicou fotografias da assistência ao comício e fez citações do discurso de Álvaro Cunhal.

4. A referida entrevista de Palma Ferreira esclarece definitivamente duas coisas. A primeira: que a responsabilidade pelos actos de censura praticados na RTP está, a partir de agora, plenamente assumida pelo próprio CG da RTP e designadamente pelo seu Presidente. A segunda: que tais actos de censura não resultaram de qualquer impensado e momentâneo excesso de zelo partidário de quadros intermédios, mas estão, pelo contrário inseridos e protegidos por uma concepção global apostada na manipulação e na discriminação.

5. Com esta entrevista, o Presidente do CG da RTP encarregou-se ele próprio de arduar várias mistificações com que a propaganda oficial e oficiosa quis aureolar a sua no-

(Ler no Suplemento: a TV na pág. 14, e Pontos Cardeais, na pág. 16)

Vassil Bikov
Ascensão

A experiência dramática de dois guerrilheiros que combatem na resistência das tropas alemãs. São presos e torturados. Um trai para salvar a vida, outro assume a responsabilidade da sua luta e morte heróica.

Deste livro foi feito um filme que em Portugal obteve o apoio unânime da crítica.

edições Avante!
COLEÇÃO «RESISTÊNCIA»

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º 1000 Lisboa Tel. 769474/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Basso, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Enra, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776936/776750, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heaska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Agosto: 40 600

PCP

Reunião do Comité Central do PCP

Após a reunião do Comité Central do PCP, realizada na segunda e terça-feira passadas, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, resumiu para os jornalistas presentes na conferência de imprensa que se seguiu as conclusões do plenário e cujo comunicado final junto reproduzimos. Álvaro Cunhal estava acompanhado por Jorge Araújo, do Secretariado, José Casanova, suplente da Comissão Política e Vítor Dias, suplente do Comité Central. Várias perguntas foram dirigidas pelos jornalistas ao secretário-geral do PCP, nomeadamente pretendendo que fossem

mais explícitas as formas de luta que o Partido se propõe levar a cabo no sentido de contrariar a política governamental que os comunistas consideram desastrosa para o país e sobre as alternativas que o PCP contrapõe a essa política.

Álvaro Cunhal sublinharia que a luta do PCP se desenvolve rigorosamente no quadro da legalidade democrática e no respeito pela Constituição, acusando, por seu lado, o Governo, de não respeitar nem uma nem outra. Adiantou ainda que os comunistas se não limitam a fazer oposição mas intervêm

na vida nacional para resolver os problemas das populações — nas fábricas, nos campos, na zona da Reforma Agrária, nas autarquias, nas instituições nacionais como a Assembleia da República, por exemplo.

Afirmou ainda que, sendo a força da democracia muito grande, permite prever que num prazo de tempo não muito distante a correlação de forças será desfavorável ao Governo e permitirá uma mudança democrática.

O secretário-geral do PCP contestou a «inevitabilidade» das medidas do Governo e a «inevitabilidade» das condições aceites por

este nas negociações com o FMI. Lembrou que têm sido os sucessivos governos a criarem condições para que tais medidas apareçam como inevitáveis, com a destruição sistemática da economia, da indústria, da agricultura. Salientou ainda que, nas negociações de empréstimos — e ao mesmo tempo que nenhuma medida é tomada para inflectir a política de desastre — da parte portuguesa não tem havido uma posição patriótica de defesa dos interesses nacionais porque os interesses do Governo e do grande capital são coincidentes com os do Fundo Monetário e com as exigências deste.

Comunicado

1.

Na sua reunião plenária dos dias 26 e 27 de Setembro, o Comité Central examinou a *evolução da situação política, social e económica.*

2.

Os factos confirmam dia a dia inteiramente que, contrariando a vontade de uma mudança democrática manifestada nas eleições de 25 de Abril, a *política do governo PS-PSD é o prosseguimento e agravamento da política de direita do governo «AD».* O seu objectivo fundamental não é a saída da crise e a recuperação económica do país, mas a destruição e liquidação das grandes conquistas democráticas da revolução de Abril consagradas na Constituição (designadamente as nacionalizações e a reforma agrária) e a restauração do poder dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários. Como Primeiro-Ministro deste Governo, o Secretário-Geral do PS afirmou-se um político do grande capital, liderando as forças de direita.

3.

O Comité Central examinou o alcance e significado das *medidas do governo que determinam uma agudização brutal das condições de vida dos trabalhadores e do povo português em geral.* São aspectos mais gravosos a contenção salarial, os salários em atraso para dezenas de milhares de trabalhadores, a liquidação de regalias sociais, o roubo de grande parte do 13.º mês, os inoportáveis aumentos dos preços e dos impostos, os despedimentos em massa e o desemprego, o desmantelamento, afundamento financeiro, «desactivação», falência e encerramento de empresas, a condenação da lavoura à ruína, — em contraste com a entrega aos grandes capitalistas dos recursos do país, da economia, dos dinheiros públicos.

4.

Para impor a política de recuperação capitalista, o governo PS-PSD *viola gravemente a ordem constitucional e a legalidade democrática, ofende frontalmente as liberdades e direitos consagrados na Constituição, ataca o carácter democrático do poder local, secundariza a Assembleia da República e tenta reduzir os direitos da oposição, instrumentaliza, governamentaliza e partidariza a comunicação social, utiliza a violência contra os trabalhadores, agricultores e populações, reforça os corpos espe-*

ciais de repressão e organiza serviços de informação política.

Métodos autoritários e repressivos tendentes a um totalitarismo governamental aparecem com crescente frequência nas orientações, planos, decisões e medidas do governo PS-PSD.

5.

O Comité Central insiste em afirmar que a *política do governo PS-PSD, na continuidade da prática dos governos anteriores, altamente responsáveis pela crise que o país atravessa, não só não conduzirá à saída da crise, como está a provocar e provocará o seu ainda maior agravamento.*

A produção industrial e agrícola diminuiu. Empresas industriais, de serviços e comerciais, afundam-se na crise e são encerradas. Explorações agrícolas não conseguem sobreviver. Pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais caminham para a ruína e a falência. As possibilidades de superar os défices externos reduzem-se. A dívida externa e os juros correspondentes aumentam assustadoramente e absorvem de forma crescente os recursos nacionais, estrangulam a economia portuguesa e põem em causa a própria independência nacional.

É ao desastre e à bancarrota que a política de recuperação capitalista do governo PS-PSD está conduzindo Portugal.

6.

Procurando obter apoios do imperialismo para uma tal política, o *Governo PS-PSD acentua a dependência de Portugal. Multiplicam-se as cedências às imposições gravosas do FMI. Beneficiam-se as multinacionais no quadro do desastroso projecto de integração do Mercado Comum. Negociam-se novas perigosas concessões militares que põem em risco a segurança, a tranquilidade e a paz dos portugueses. Compromete-se Portugal na política de provocação e agressão do imperialismo — designadamente do Governo de Reagan e dos círculos mais reaccionários da NATO — responsáveis pelo agravamento das tensões internacionais, pela intensificação da corrida aos armamentos e pelo avolumar dos perigos de guerra nuclear.*

7.

O Comité Central sublinha que *é necessário e possível salvar o país da miséria e da fome, do desastre e da bancarrota, do totalitarismo governamental, da dependência e da guerra.*

É completamente falso que, como proclama o governo, a sua política e as suas medidas sejam inevitáveis e que para elas não haja alternativa.

Existe uma política capaz de fazer o país sair da crise e de resolver os grandes problemas nacionais, no quadro das conquistas democráticas de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição. É não só necessário como possível aumentar a produção, dinamizar a indústria e a agricultura e todas as actividades económicas, melhorar o bem-estar dos portugueses, reduzir os défices externos, assegurar a independência nacional e a paz.

Para tanto, é, designadamente, indispensável a mobilização dos recursos e energias produtivas do País, o apoio a todas as formações económicas sem discriminações, o relançamento dos grandes projectos de interesse nacional, o alargamento do mercado interno, a diversificação dos mercados externos, com a intervenção criadora dos trabalhadores.

O PCP, que de há muito tem apresentado a *política necessária e soluções concretas para vencer a crise e abrir caminho ao desenvolvimento,* continuará a sua acção de esclarecimento para ganhar para ela o povo português.

8.

Os acontecimentos comprovam a apreciação do PCP de que *o Governo PS-PSD está condenado ao fracasso e à derrota.* Para esse resultado convergem diversos factores: o agravamento da crise que a política do governo provoca; a redução drástica da sua base social, política e eleitoral; as contradições internas entre os dois partidos da coligação, dentro de cada um deles e entre cada um deles e a sua base de apoio; o funcionamento das instituições democráticas (Presidência da República, Assembleia da República, Tribunais, Poder Local) que o governo afronta, desrespeita e cujas funções procura esvaziar; as dificuldades em concretizar o plano de desestabilização das Forças Armadas; e, de forma determinante, a luta da classe operária e das massas populares cujo desenvolvimento é necessário e inevitável.

9.

O Comité Central confirma a *vontade unitária do PCP,* a sua prontidão para unir os seus esforços aos esforços de todos os democratas e patriotas, sem qualquer discriminação, que queiram trabalhar e actuar para resolver os graves problemas nacionais, no quadro do regime democrático e da independência nacional.

Impõe-se, em todos os aspectos da actividade e da luta, reforçar a unidade dos trabalhadores, dos agricultores, das várias classes e camadas antimonopolistas, assim como das mulheres e da juventude.

O CC insiste em que uma das principais tarefas dos comunistas nas organizações unitárias é contribuir para a sua unidade, autonomia e democraticidade, bem como para a acção dinamizadora do movimento operária e popular de massas.

10.

O Comité Central sublinha a necessidade de *desenvolver em todas as frentes a resistência e a luta contra a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo PS-PSD.*

O CC apela à luta da classe operária, indiscutível vanguarda de toda a luta popular. Apela à luta de todos os trabalhadores. Apela à luta dos pequenos e médios agricultores, à luta da juventude, à luta das mulheres, à luta dos intelectuais e quadros técnicos, à luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais, à luta das camadas mais desfavorecidas como reformados, pensionistas e deficientes.

A luta de massas continua a ser a força essencial capaz de determinar uma alternativa democrática e uma política democrática.

11.

O Comité Central confirma que, na situação existente, o reforço político e orgânico do PCP, o alargamento ainda maior da sua influência de massas e da sua intervenção na vida nacional, é uma condição decisiva para a defesa dos interesses do povo e do país, a saída da crise, a salvaguarda do regime democrático e da independência nacional.

Fazendo o balanço da *Festa do «Avante!»* e do seu significado na vida política nacional, o CC concluiu que ela foi uma poderosa expressão da força organizada, capacidade de realização e influência de massas do PCP e da vontade dos trabalhadores, do povo português, em defender Portugal de Abril, as suas conquistas, o regime democrático, a independência nacional e a paz. O silêncio que o governo quis impor sobre esta grande realização do PCP, designadamente com a censura praticada pela RTP, não conseguiu calar a repercussão que a Festa e o gigantesco e exaltante comício nela realizado tiveram na opinião pública e na situação política nacional.

O CC saúda todos os militantes e amigos que, com o seu esforço e a sua capacidade, possibilitaram esta notável realização do Partido que foi também uma confiante afirmação do Portugal democrático e dos ideais do socialismo e do comunismo.

12.

Examinando a preparação do *X Congresso do Partido,* o Comité Central confirmou a sua realização na cidade do Porto, e anuncia que terá lugar (em data agora corrigida) nos dias 15 a 18 de Dezembro próximo.

27 de Setembro de 1983

O Comité Central do Partido Comunista Português

Assembleia da República

QUEM VAI PAGAR AO FMI SÃO OS TRABALHADORES

- é o que pretendem o PS, o PSD e o Governo

Mais alguns dias de sessão suplementar. Para não conseguir eleger os representantes da AR — neste caso os dos partidos de direita — para os órgãos em que este órgão de soberania tem voto para escolher os seus representantes. Nem Ângelo Correia, nem Vaz Portugal ou Nandim de Carvalho foram eleitos. Apenas Manuel Gusmão — para o Conselho de Comunicação Social — reuniu os votos indispensáveis. De facto, este membro do PCP ultrapassou mesmo a votação requerida. O Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Nacional do Plano e o Conselho de Comunicação Social ficaram com membros a menos. Ao mesmo tempo tornou-se nítido que nem tudo é nítido no interior da coligação.

Mas o mais importante do que ocorreu na passada semana na Assembleia da República não foram as votações para estes órgãos cuja composição é tão difícil como a viragem do Tollan, como alguma imprensa comenta. O mais importante diz directamente respeito à generalidade da população portuguesa e, em especial, à sua bolsa. O Governo, ao apresentar o seu pacote fiscal para os próximos meses, deu grandes passos em direcção à penúria. Pretendendo aplicar as medidas «salvadoras» do FMI, o PS e o PSD avançaram pelo poder de compra dos portugueses, em especial das classes mais desfavorecidas. Isto é, dos trabalhadores.

A opinião pública em geral — não apenas a que lê os jornais isentos — não se terá apercebido da gravidade das medidas contidas em tal pacote. Nem da ilegalidade das mesmas. Para quem esteve na Assembleia a ouvir os argumentos governamentais e, mais tarde, em casa, as comparou com o que na RTP foi transmitido, por certo não deixou de fazer as suas contas. As contas a este «pluralismo» que permite a Almeida Santos fazer o balanço do debate nos ecrãs e não dá voz nem imagem aos problemas que a oposição levanta.

De facto, dos argumentos aduzidos pela oposição contra os projectos governamentais de agravar os impostos, nem um foi explicado pela TV. E, «respondendo» ao locutor pagagal que afirmou ter a oposição alegado serem inconstitucionais as medidas anunciadas pelo Governo PS/PSD, a imagem de Almeida Santos veio a primeiro plano «explicar» que a Constituição, sim senhor, era respeitável, mas que o país tinha de ultrapassar esse papel que nos «condiciona».

Pretende o argumento arvorar-se em precedente. Daqui para o futuro, se estes diplomas passarem ao crivo da fiscalização da constitucionalidade, tudo poderá ser permitido. Em nome do que o FMI quer que seja a «salvação» da economia. Entretanto a maioria dos portugueses que vão apertando os cintos.

A fuga a explicações foi notória. Por exemplo, o ministro Ernâni Lopes, que foi explicar aos deputados da «maioria» as razões do FMI para aplicar o pacote fiscal,

não se dignou ir à Assembleia dizer a todos os deputados por que tais medidas eram necessárias. Falta de argumentos, porventura. Certamente medo de frontalmente dizer a verdade. Encarregou o ministro Almeida Santos de dourar a pilula e de fazer valer a «disciplina».

Os recursos sobre a admissibilidade das propostas de lei do Governo em matéria fiscal foram derrotados. Obviamente e sem discussão. O PS não abriu a boca e o PSD gemeu algumas «razões». Tudo estava já combinado com Ernâni Lopes. A questão era votar e fazer poucas ondas. Os votos de toda a oposição não comoveram os deputados da maioria.

O Governo pediu prioridade e urgência. E, numa intervenção de que publicamos significativos extractos, Carlos Brito fez uma apreciação global das propostas governamentais, não se limitando às razões jurídicas que apontam para a violação dos princípios estabelecidos pela Constituição, mas sublinhando os riscos da política desastrosa do Governo.

Mas foi o fundo do debate que mais interesse suscitou. Apreciações, uma a uma, as propostas do Governo, apesar dos votos que as aprovaram, foi demonstrado que a coligação pretende apenas dar satisfações ao FMI não cuidando de resolver os problemas do país. Que não são os grandes capitalistas mas a grande maioria da população e em especial os trabalhadores e suas famílias a fazer sacrifícios para pagar uma política antipopular e antinacional.

Magalhães Mota, da ASDI,

Octávio Teixeira, do PCP, Hasse Ferreira, da UEDS, Vilhena de Carvalho, também da ASDI, João Corregedor, do MDP, Jerónimo de Sousa, do PCP, Raul de Castro, do MDP, Joaquim Miranda e Ilda Figueiredo, ainda do Partido Comunista que esteve à frente do debate contrariando as posições governamentais e, até o deputado Nogueira de Brito, do CDS, expuseram razões contra as medidas que o Governo veio a fazer aprovar na AR.

Destas sete propostas do Governo, apenas três mereceram uma oposição fortemente sublinhada pela bancada comunista: a que fixa o imposto de saída do país (que mais tarde veio a ser «suavizada» depois de a oposição ter apontado os malefícios que causaria em especial às populações raianas); a proposta que sobrecarrega o imposto de selo, cujo agravamento será suportado e amargado pelas pessoas de menores posses; finalmente, a proposta que cria um imposto extraordinário incidente sobre os rendimentos colectáveis sujeitos a contribuição predial, impostos de capitais e imposto profissional.

O último aspecto desta proposta foi, de longe, o mais criti-

cado por retirar aos rendimentos do trabalho o grosso da fatia a que o Governo, a mando do FMI, pretende recorrer para resolver os problemas da balança de pagamentos. Uma comparação apenas permite estabelecer a proporção: enquanto o Governo vai sacar apenas um milhão de contos aos ricos, conta com 12 milhões de contos subtraídos à magra bolsa dos trabalhadores.

Por isso, os outros projectos do Governo foram apelidados por um deputado comunista de «biombo» atrás do qual se escondem os grandes roubos aos que produzem, se sacrificam e ganham menos neste país.

Conforme as diversas intervenções dos deputados do PCP expuseram, o imposto sobre o jogo, gota de água no orçamento, não cria problemas aos casinos; as boîtes e os bares não vão fechar por serem sobrecarregados com mais uma taxa; os impostos sobre veículos não vão determinar o fim das importações de veículos de luxo, afinal menos agravadas pelo imposto que várias marcas de carros utilitários; a taxa de sisa elevada não vai colher grande coisa para arredondar as somas que o Governo pretende arrecadar para fa-

zer face aos défices. Quem vai pagar o grosso da factura são os trabalhadores e os pequenos e médios empresários.

O Governo, cumpre dizer, não se defendeu. Falta de argumentos, falta de convicção na receita assinada pelo FMI? O certo é que, para além da escandalosa ausência de Ernâni Lopes, o secretário Alípio Dias não esteve à altura do debate. A única manobra em que se empenhou foi a de evitar respostas e nem sequer, aí foi sábio ou apenas esperto. O debate na generalidade, apesar de concluir pela votação sempre favorável às propostas governamentais — maioria a quanto obrigas... — não convenceu ninguém. Mas lá estava a RTP para mostrar o contrário.

Na especialidade não foi melhor. E é de recordar a «esperança» ensaiada pela maioria que pretende «emendar» a mão do Governo no caso do imposto sobre rendimentos. Uma proposta de emenda, da autoria do PS/PSD, saloamente disfarçada, procurava isentar do referido imposto os grandes lucros. A maioria, apanhada com a boca no orçamento, acabou por desculpar-se com... erros de dactilografia...



QUE LEIS SÃO ESTAS

Mas afinal de que leis se trata, as deste pacote que o Governo despejou sobre os portugueses, levando à Assembleia sete propostas ao mesmo tempo que se recusava a um debate sobre política económica a que o PCP o convidava? O resultado da votação de cada um dos diplomas mostra que nem todas se apresentam gravosas para os portugueses. O pacote com que Mário Soares e Mota Pinto brindaram os cidadãos com o objectivo de tapan buracos no saco dos dinheiros públicos é variado. Algumas das propostas constituiram um mero biombo atrás do qual se escondiam aquelas através das quais o Estado vai buscar mais dinheiro e, como por acaso, buscá-lo dentro dos bolsos dos trabalhadores.

A proposta de lei 38/III faz aumentar a percentagem para o Estado do imposto especial sobre o jogo; a proposta 39 cria um novo imposto incidente sobre as boîtes, bares e outros locais nocturnos de lazer que estejam abertos após a meia-noite; a proposta seguinte, com o n.º 40 cria um impos-

to de saída do País — mil escudos — a que escapam apenas os que saiam de Portugal por um período inferior a 72 horas. Quanto às duas primeiras propostas, o PCP absteve-se na generalidade. À terceira já o PCP mostrou a sua oposição votando contra. A proposta 41/III foi a

mais discutida de todas. Uma pena, cria um posto extraordinário incidente sobre um extenso conjunto de rendimentos colectáveis sujeitos a contribuição predial, imposto de capitais e imposto profissional.

O mais grave de tudo «quanto aos rendimentos sujeitos a imposto profissional, todos eles são afectados pelo imposto, mesmo os que beneficiam de isenção permanente» (...) Uma emenda aprovada excepto as pensões e subsídios aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência, o resto não há isenções quem trabalha. Tudo o que for igual ou superior ao salário mínimo é atingido pelo imposto extraordinário. Mais, o imposto é retroactivo e incidirá, nomeadamente, sobre as remunera-

Carlos Brito: «Um novo e incomportável sacrifício»

O PCP impugnara a admissibilidade das propostas de lei de agravamento da carga fiscal. Depois votou contra a urgência solicitada pelo Governo à Assembleia. As mesmas razões levaram os comunistas a tal atitude. Não fizeram — como a camarada Carlos Brito afirmou mais tarde — oposição por oposição e tal ficou demonstrado pelas votações diversas que o grupo parlamentar do PCP teve ocasião de manifestar. Só as propostas que mereceram uma profunda condenação e que agravam as condições de vida dos trabalhadores obtiveram o voto contra do PCP. Entretanto, razões de inconstitucionalidade foram invocadas pela oposição e em particular pelos comunistas.

Que razões teriam levado o Governo a optar por formas inconstitucionais de procedimento? O discurso do presidente do grupo parlamentar do PCP coloca esta e outras perguntas. E adianta respostas:

Não haveria formas constitucionais de proceder?, interrogou Carlos Brito. Porque não apresentou o Governo PS/PSD uma lei formal de re-

visão do Orçamento? O Governo diz que não está preparado, o que lhe falta? Porque procura o Governo a todo o transe arrear a Assembleia da República da definição da política orçamental, atentando desta forma contra a Constituição e os princípios básicos do regime democrático? Porque se refugia o Governo em expedientes ridículos como os utilizados em Julho pretendendo que o Parlamento se auto-expropriasse das suas competências e os usados agora quando pretende ser autorizado a arrancar aos contribuintes, sobretudo aos trabalhadores, mais de 20 milhões de contos, mas escamoteia as contas das despesas e os critérios a quem lhe deve conceder a autorização, isto é aos deputados, à Assembleia da República? O que é que teme o Governo Mário Soares — Mota Pinto? Que riscos pretende prevenir? A nosso ver o Governo acima de tudo quer evitar é um debate sério sobre a situação económica e financeira do país e a política gover-

amental de ataque à crise. O Governo pretende que a RTP, a RDP e a imprensa estatizada e da mesma forma que a privada afecta à coligação continuem a glosar as grandes frases retóricas e vazias atribuídas por Mário Soares na Conferência de imprensa de 7 de Setembro.

O Governo gostaria de poder conduzir o debate sobre a política económica e financeira exortando o povo a apertar o cinto com argumentos tão «profundos» como aqueles que então usou o Primeiro-Ministro ao afirmar «o êxito excedeu a minha expectativa» e ao proclamar «não há alternativas a esta política, tudo o que se disser em contrário é totalmente falso».

Mas repare-se em que se cifram os sinais positivos no plano económico e financeiro invocados por Mário Soares na sua Conferência de imprensa e respeitando a sua própria inventarização. São os seguintes: Uma mudança de atitude (dos bancos internacionais); uma boa receptividade (às emis-

sões de títulos); um interesse manifestado (com os investimentos em Portugal).

Tudo muito objectivo como se vê! Então não havemos todos de ter confiança nestas baleias? E a Assembleia da República, não deve ela votar tudo aquilo e só aquilo que o Governo entender e com a pressa que o Governo achar necessária? Não era este o sentido das palavras iniciais dos discursos de ontem do Ministro de Estado Almeida Santos?

Governo tem medo do debate

Aqui está com o Governo PS/PSD desfigura com a sua prática o regime democrático e as suas instituições.

Isto não leva à segunda razão fundamental pela qual dizemos não às urgências pedidas pelo Governo.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, a urgência em termos de actividade da Assembleia da República é um debate geral sobre a situação económica e financeira que estabeleça rigorosa-

mente a dimensão da crise, que ponha a nu as verdadeiras orientações que comandam a política governamental, e os exactos compromissos assumidos com o FMI e clarifique finalmente as verdadeiras medidas capazes de modificar a situação presente.

Como o Governo PS/PSD é incapaz de promover um tal debate como lhe compete e como o Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma interpeleção ao Governo.

É de toda a lógica que em matéria de política económica e financeira a urgência, aliás como estabelece o Regulamento, deve ir para a interpeleção do PCP.

A interpeleção do PCP com vista à abertura de um debate geral centrado predominantemente sobre as medidas de política económica e financeira deve obviamente ter precedência sobre a discussão e a votação de qualquer revisão orçamental e de medidas avulsas que criem novos impostos ou agravem as taxas dos existentes.

O Governo e a coligação

governamental PS/PSD resumam um debate geral sobre política económica e financeira porque temem a máscara do mascaramento da sua política e da sua acção.

(...) O Governo comunga seu-se com o FMI a uma vergonhosa condição: diminuição do produto nacional, a subida dos preços e despedimentos em massa os tectos salariais nas empresas públicas e na empresa pública, o ataque às universidades públicas, a suspensão dos projectos de investimento, a liquidação dos projectos de desenvolvimento, a subida das taxas de juro e a continuação de valorização desiluzida.

Trata-se quase ponto a ponto do que se apontou que é necessário fazer para a saída da crise.

A crise existe, ninguém põe em dúvida. Mas ninguém põe em dúvida que são necessárias medidas energéticas e urgentes.

Mas a urgência não pode ser só ir buscar, inconstitucionalmente, aos bolsos dos portugueses que menos p-

Intervenções do PCP no debate das propostas

O Partido Comunista Português foi o mais activo interveniente no debate parlamentar em redor do pacote legislativo que o Governo apresentou à Assembleia. As sete propostas de lei suscitaram diversas intervenções de deputados do PCP. Aqui damos alguns excertos mais significativos.

Octávio Teixeira: Os efeitos «psicológicos»...

(...) O pacote fiscal apresentado pelo Governo à margem do orçamento é formalmente constituído por 7 propostas de lei. Mas como confessou o Governo, há propostas apresentadas tendo em vista a produtividade fiscal (entenda-se, a obtenção de receitas) e há outras que não tendo produtividade fiscal (isto é, não dando lugar a receitas significativas) são apresentadas para outros efeitos que não sendo materiais são então psicológicos. Desfraldando as bandeiras da moralidade fiscal o Governo pretende ocultar a injustiça dos alvos que verdadeiramente pretende atingir. Na verdade algumas das propostas são para obter receitas substanciais; as que incidem sobre os trabalhadores e a população em geral. Outras há que não passam de mero fogo de artifício, que apenas servem para atrair poeira aos olhos e inculcar que os sacrifícios tocam a todos; as que incidem sobre os rendimentos de capital e sobre o património.

propostas de lei 41 e 44/III, pois são essas que realmente contam em termos de receitas fiscais, visa no essencial dois objectivos: por um lado diminuir um «buraco» de 54 milhões de contos que o Governo se recusa a explicar cabalmente, de modo a que o défice orçamental seja reduzido para cerca dos 8% do PIB a que o Governo se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional; por outro lado, e como o afirmou o ministro Almeida Santos é mais uma medida tendente a reduzir o consumo dos portugueses.

Não a redução do consumo dos que mais consomem, dos consumos supérfluos que fundamentalmente pesam sobre as importações. Mas redução dos consumos dos mais sacrificados, dos trabalhadores, dos consumos que podem dinamizar a produção nacional.

Eis consubstanciadas neste pacote fiscal as linhas-mestras da política económica do Governo PS/PSD: de um lado a dependência e submissão a políticas ditadas do estrangeiro, de outro o agravamento das condições e nível de vida dos trabalhado-

res e outras camadas do povo português e o aumento da sua exploração em benefício do grande capital.

Manter o défice orçamental dentro de limites razoáveis é um objectivo que o PCP defende nas suas propostas de política económica para o nosso país. Mas tentar fazê-lo com um agravamento acrescido sobre os rendimentos do trabalho e amputar ainda mais o consumo dos que produzem é

Jerónimo de Sousa: O Natal mais frio dos anos de Abril

(...) Ao tentar aplicar o imposto de 2,8% com efeitos retroactivos de 1 de Janeiro a 30 de Setembro e que incluí o subsídio de férias (com a curiosidade de ser retido na fonte durante o período de 15 de Novembro a 15 de Dezembro — ou seja quando os trabalhadores recebem o 13.º mês —, o Governo vai retirar 28% desse mesmo subsídio de Natal. E senhor presidente e senhores deputados contas certas ao seu magro orçamento sabem os trabalhadores fazem. Um trabalhador que ganhe em média 22 contos mensais quando chegar ao fim do ano leva com 28% do imposto extraordinário, mais 8% de imposto profissional, mais 3,5% para o fundo do desemprego, mais 8,5% para a Previdência. Traz metade do subsídio para casa. Bom, mas como as finanças lhe enviaram já

lançar o País numa crise crescente.

Para além de socialmente injusta, a política de continuo aumento da carga fiscal que pesa sobre os trabalhadores e a redução dos seus consumos produzirá efeitos nefastos ao desenvolvimento da produção, única via para lutar eficazmente contra o desemprego e os défices externos.

Por isso recusamos e combatemos essa política.

nessa altura o recibo do imposto Complementar, talvez não lhe sobre do subsídio sequer o dinheiro para a deslocação à repartição de finanças.

As boîtes, os casinos não fecharão as portas, de certeza, continuarão a haver iates e aviões particulares, mas os trabalhadores portugueses e as suas famílias, esses ficarão em casa no Natal mais frio dos anos de Abril.

Vejamos o conteúdo da proposta n.º 41/III sobre outro ângulo.

Há cerca de 100 mil trabalhadores com salários em atraso. Tomemos como exemplo um trabalhador que deixou de receber salário a partir de Agosto. Quando chegar a Dezembro não só não recebe o salário nem o subsídio de Natal como ainda (pasmem-se) terá de pagar um imposto extraordinário de

28% num salário que não recebe. Ou então se o patrão, que nestas coisas continua a ter mãos livres, decidir avançar 5 ou 10 contos para a ceia de Natal, o trabalhador verá essa verba retida na fonte. Alguns ainda ficarão em dívida para com o Estado. Esta proposta está eivada de uma tão profunda injustiça social que seja despedido este mês ou até mesmo antes, e esteja actualmente desempregado, terá de pagar o imposto por razões de retroactividade. Como não paga porque não pode, talvez as finanças lhe penhem a mobília. Ou esperem que ele receba o primeiro subsídio de desemprego? Ou mandam-no prender? Registamos essa sua grande tirada da falta de solidariedade para com as gerações futuras, senhor secretário de Estado. Este Governo não só recusa e compromete a solidariedade de essas gerações futuras como cria a situações dramáticas às gerações presentes.

(...) Mau é que se abdique de princípios fundamentais da democracia económica e social reconhecida na Constituição da República.

Hoje é o 13.º mês. Amanhã será uma nova lei dos despedimentos que iria colocar nas mãos do patronato um monstruoso instrumento jurídico que facilitaria a repressão, a discriminação e os despedimentos, engrossando o exército dos desempregados.

Hoje são os 100 mil trabalhadores com salários em

atraso que não conhecem nenhum gesto concreto por parte do Governo para a resolução desta nova praga social salvo as duas excepções preocupantes na intervenção das forças policiais na Lisnave e na Mariñha Grande. Amanhã seriam as alterações restritivas do direito à greve.

Mas porque ninguém ama mais a democracia do que os trabalhadores porque sabem que ela é inseparável dos seus direitos e liberdades eles saberão defendê-la, lutando contra esta política que degrada

Joaquim Miranda: Uma «prenda» para os emigrantes

(...) Aos emigrantes que no final deste ano se deslocarem a Portugal para se encontrarem com os seus familiares, o Governo vai, certamente, repetir-lhes o pedido de remessa de mais divisas e como compensação — e como prenda de Natal — pretende colocar-lhes no sapato as ditas estampilhas de mil escudos (de 500\$00 se trouxerem os filhos).

O turismo constitui a importante fonte de divisas que todos conhecemos. Mas quem duvida, senhores deputados, que ele será afectado por uma tal aberração legislativa?

(...) E não nos iludamos com a promessa que tal imposto contribuirá para a solução do défice orçamental. Se tal imposto acarretará a

as suas condições de vida e de trabalho e ameaça simultaneamente as grandes transformações económicas e sociais operadas com a revolução libertadora do 25 de Abril.

Caiu o mito do pacto social. Pediram-se tréguas sociais, mas faz-se guerra aberta aos trabalhadores exigindo-lhe afinal sacrifícios incomportáveis.

Este Governo PS/PSD, de costas voltadas para os trabalhadores terá a resposta que merece no quadro da legalidade democrática-constitucional.

receita pelo Estado de algumas verbas, não é menos certo que ele será também um forte obstáculo à entrada de divisas no País. Tamos um buraco, aprofundamos outro. Para além de todos os efeitos gravosos aos níveis político, social.

Vejamos agora o que se passa com a proposta de lei n.º 38/III precisamente a primeira do pacote, e que comporta, no essencial, um aumento de percentagem para o Estado do imposto já existente que recal sobre o jogo, aumento esse conseguido pela redução da percentagem desse mesmo imposto até agora destinada ao Fundo de Turismo.

Em primeiro lugar importa ter presente que, ao contrário do que tem vindo a ser referido, nomeadamente

por certos órgãos de comunicação social, não se trata de um aumento de tributação, mas tão-só de uma nova distribuição da já existente: mais 5% para o Tesouro, menos 5% para o Fundo de Turismo.

É evidente que o Governo, com esta medida, conseguirá fracas receitas adicionais para o Tesouro. Em 1982 as receitas provenientes do imposto sobre o jogo foram da ordem de 764 mil contos.

Apenas 15% das receitas totais de tais impostos foram para o Estado, ficando os restantes 85% revertendo para o Fundo de Turismo.

Pretende-se agora o aumento da percentagem do Estado de 15 para 20% num período de três meses (de Outubro a Dezembro).

Basta fazer as contas e delas se retirará que é insólito o alcance prático desta medida.

Mas então qual o verdadeiro alcance desta medida?

Ilda Figueiredo: Governo profere marcas de aumento

(...) Ao longo do debate travado nesta Assembleia da República sobre o pacote de impostos que o Governo pretende impor está claro que a principal fonte de receita que o Governo quer utilizar é o bolso dos trabalhadores, através, fundamentalmente, do aumento do 13.º mês. A campanha



IS?

rações recebidas entre Janeiro e Setembro de 1983!

A taxa criada agora é de 2,8 por cento para os profissionais por conta de outrem. Resultado: entre 15 de Novembro e 22 de Dezembro — dois dias antes do Natal, não esquecer! —, querem obrigar os trabalhadores a pagar uma taxa sobre o que já haviam recebido pelo seu trabalho de meses. Uma nota publicada há dias em «o diário» explica que, por exemplo, um trabalhador com um salário médio de 22 mil escudos vai pagar pelo Natal a bonita soma de 10 560 escudos retirados do subsídio! É um roubo retroactivo de quase 11 contos (28 por cento sobre o décimo terceiro mês a somar ao imposto profissional e aos descontos para o

Fundo de Desemprego e para a Caixa de Previdência). Esta proposta recebeu apenas os votos concordantes do PS e do PSD (e nem todos os deputados estavam na sala) e os votos contrários de todos os outros partidos.

A proposta 42 cria um novo imposto sobre veículos de cilindrada superior a 1700 centímetros cúbicos e, também aqui, a manobra é evidente. Criando um imposto incidente sobre a cilindrada, o Governo pretende arvorar-se em castigador de luxos. O facto, porém, é que há automóveis cuja cilindrada é mais baixa e são muito mais caros que outros de cilindrada superior. Por outro lado, do imposto relativo a barcos de recreio e aeronaves não vai o Estado, com este imposto, au-

mentar substancialmente as suas receitas. O «caso do biombo» é aqui flagrante. O PCP absteve-se.

Quanto à proposta seguinte, que recolheria também a abstenção dos comunistas, eleva a taxa de sisa para 15 por cento nas transmissões de prédios urbanos ou de terrenos para construção de valor igual ou superior a 10 mil contos.

Finalmente, outro imposto gravoso: o imposto de selo, agora aumentado para 60 escudos, incidente sobre a grande maioria da população — sobre toda a gente! — colocando os ricos a par dos pobres no pagamento, dificultando, portanto aos mais desfavorecidos as suas relações com o Estado, pois que para tudo é preciso papel selado.

PCP intervém na agenda da AR

Em comunicado distribuído na passada sexta-feira, o secretariado do Grupo Parlamentar do PCP anunciou que procedeu ao agendamento, para a próxima sessão legislativa, dos seguintes projectos de lei:

Em 20 de Outubro, projecto de lei 4/III, que cria o Município de Vizela;

Em 27 de Outubro, projecto de lei 14/III, que cria um sistema de garantia pública do pagamento dos salários em atraso (projecto que será nos próximos dias editado em Separata do Diário da Assembleia da República, para efeitos de apreciação pública pelo prazo de 30 dias).

Estas marcações — salienta o comunicado — do Grupo Parlamentar do PCP tornaram-se necessárias pelo facto de os partidos da coligação governamental terem vindo a bloquear sistematicamente o funcionamento da AR para a apreciação de urgentes iniciativas legislativas e políticas dos deputados, impedindo o seu agendamento no período da presente sessão legislativa (até 14 de Outubro). Foi designada-

mente o que sucedeu com a recusa (contra a Constituição e o Regimento) de a interpeleção do PCP sobre política económica e financeira ser incluída na ordem do dia das reuniões plenárias das sessões suplementares de 14 e 16 de Setembro e de 20 a 23 de Setembro.

A urgente discussão e aprovação do projecto de lei sobre salários em atraso permitirá dar resposta à situação dramática vivida por dezenas de milhares de trabalhadores, privados da sua única fonte de subsistência pelo boicote do patronato e pela ineficácia dos serviços de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Por seu lado, a criação do Município de Vizela, correspondendo a compromissos eleitorais, dará satisfação à legítima e sentida reivindicação das populações vizelenses.

os chamados sinais exteriores de riqueza. Afinal, mesmo de acordo com os dados governamentais, o conjunto de 4 propostas de lei permitirá apenas a arrecadação de cerca de 1 milhão de contos, enquanto aos trabalhadores são exigidos mais de 12 milhões!

Ou seja, para o Governo é preciso evitar que os consumos e bens de luxo e supérfluos sejam tributados, é preciso evitar que os chorudos negócios sofram um agravamento fiscal.

(...) E mesmo a criação de um imposto especial sobre alguns veículos automóveis, motocicletas e aeronaves só aparentemente se destina a tributar sinais exteriores de riqueza. Aliás, basta ter em conta o montante de receitas que o Governo pensa arrecadar com tal imposto (200 mil contos) para desde logo se concluir que não se pretende pôr em prática a frase introdutória da proposta de lei n.º 42/III «é princípio de equidade fiscal que se tributam de forma agravada as aquisições de bens de carácter essencialmente luxuoso».

De facto, todos sabemos que são raros que os motociclos de cilindrada superior a 500 cm³, quer as aeronaves de peso superior a 1400 kg à descolagem ou mesmo os barcos de recreio de tonelage de arqueação bruta superior a 2 toneladas.

E quanto aos veículos automóveis ligeiros de passageiros ao pôr de lado o critério do valor previsto no orçamento provisório (valor

superior a 1500 contos) e ao substituí-lo pelo critério físico (cilindrada superior a 1700 cm³ com antiguidade inferior a 5 anos) o Governo não pretende fazer justiça nem atingir os consumos de luxo. Basta consultar uma lista de preços de várias marcas e diferentes cilindradas de automóveis, para verificar que veículos com cilindrada inferior a 1700 cm³ custam mais de 2300 contos e ficam isentos do imposto, enquanto veículos com cilindrada igual ou superior a 1700 cm³ custam 700 e tal contos e pagariam imposto de 40 mil escudos. Ou então o caso de automóveis que custam 1050 contos e pagariam 60 contos de imposto e outros de cerca de 5 mil contos pagariam apenas 40 contos. Ou será que o Governo pretende proteger certas marcas de automóveis?

E algo de semelhante se passa com a proposta de lei n.º 39/III relativa ao imposto incidente sobre boites, bares e locais congéneres abertos depois da meia-noite apesar da afirmação contida no seu preâmbulo referir que a criação de tal imposto se insere «no objectivo de onerar determinadas actividades económicas ligadas a consumos menos essenciais que operam com elevadas margens de exploração».

Também aqui basta atentar no montante das receitas que o Governo pretende arrecadar — 200 mil contos — para concluir o seu carácter demagógico e de fachada.

PCP

Reunião de quadros no Porto já a pensar no Congresso

Setecentos militantes do PCP da Organização Regional do Porto participaram no sábado passado numa Reunião Regional de Quadros que teve por objectivo discutir a situação política e social e as tarefas do Partido, e considerar os problemas relativos à realização em Dezembro próximo, na cidade do Porto, do X Congresso do PCP.

O conjunto de intervenções e questões abordadas durante o debate comprovou inteiramente a justeza da apreciação política do actual governo feita pelo Partido e o desenvolvimento da luta de massas como o caminho fundamental para travar, os planos da

direita e impor uma alternativa democrática.

A realização do X Congresso do Partido no Porto, cujo anúncio provocou nas organizações e militantes da região uma natural e justificada alegria, vai traduzir-se proximoamente num vasto e complexo conjunto de tarefas preparatórias. A Reunião de Quadros não só permitiu discutir em concreto diversas tarefas em relação ao X Congresso, como mostrou que a organização partidária já está empenhada em receber condignamente os delegados que representarão todo o nosso Partido, os convidados nacionais e estrangeiros, e em garantir as



melhores condições de trabalho ao Congresso. Esta Reunião de Quadros

decorreu no Pavilhão do Centro de Trabalho da Boavista e a mesa que dirigiu

os trabalhos era constituída pelos membros da Comissão Executiva da DORP.

Álvaro Cunhal Comício no Escoural

• Homeagem a Casquinha e Caravela

Faz quatro anos no próximo domingo, dia 2 de Outubro, que os camaradas Caravela e Casquinha foram barbaramente assassinados pelas balas da GNR na UCP «Bento Gonçalves» no Escoural, Montemor-o-Novo, quando defendiam, juntamente com outras centenas de trabalhadores, a Reforma Agrária.

Assim, no próximo domingo, realizar-se-á um comício de homenagem aos camaradas assassinados, que terá lugar no Escoural, às 15 h e contará com a presença do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP convida todos os militantes e democratas a participar nesta grandiosa jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, pela reposição da legalidade democrática e pela punição dos criminosos.

Plenário da DORSA analisa situação no distrito de Santarém

Reunida em plenário no passado sábado, a DORSA do PCP analisaria a situação política e social do Distrito de Santarém e discutiria algumas linhas de acção na organização do Partido, tendo como objectivo a preparação do X Congresso.

Após definir a política do Governo PS/PSD como o prosseguimento e agravamento da política praticada pela «AD», a DORSA do PCP analisaria as já graves repercussões socioeconómicas no Distrito de Santarém provocadas por estes três meses de Governo Soares/M. Pinto, nomeadamente o atraso no pagamento de salários e subsídios e não cumprimento de contratos (MDF, Somapre, Sardan, Intexta, Lisbuargues, etc.), encerramento

de empresas (fiação de Tomar durante uma semana, J. Vieira Faustino Lda., Rutil, Armazéns Carmo Dias e Pires da Silva, Cimentelha, Mosex, Polcromo, Simões e C., Augusto de Sousa Barbosa, Ernesto Fernandes Ferreira, etc.), despedimentos (já efectuados e em perspectiva nas empresas João Salvador, Carnes Nobre, etc.), repressão e limitação aos direitos e liberdades sindicais (na Idal, Tijomel, João Salvador, Fiação de Tomar,

Czarina, Calma, etc.), referindo particularmente, «pela sua importância e dimensão, a grave situação da Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL, em que uma gestão ruinosa e incompetente levou a atrasos no pagamento de salários e não pagamento do subsídio de férias e à ameaça de centenas de despedimentos (aplicação da lei dos despedimentos)».

O plenário da DORSA analisaria também «alguns problemas relacionados com a organização do Partido e o seu papel na mobilização e defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações do distrito».

PCP da Póvoa do Varzim saúda pescadores em luta

Em comunicado dirigido aos pescadores da sardinha da pesca artesanal, a Comissão Concelhia da Póvoa do Varzim do PCP manifestou o seu inteiro apoio e solidariedade à justa e corajosa resistência dos pescadores de sardinha de pesca artesanal contra a exploração, e por uma nova e melhor distribuição da riqueza, saudando todos os pescadores em luta desde o dia 7 de Setembro, a

sua firme disposição de não ceder às ameaças, de não abdicar daquilo a que têm direito.

Referindo exemplos concretos e escandalosos de exploração a que estão sujeitos estes pescadores da pesca artesanal de sardinha, desde o não cumprimento do contrato colectivo de trabalho por parte dos patrões, às desigualdades na divisão do «monte» de porto

para porto, a Comissão Concelhia da Póvoa do Varzim esta greve no contexto da luta contra a política de agravamento brutal do nível de vida dos trabalhadores portugueses, apelando à unidade e combatividade dos pescadores de sardinha de pesca artesanal da Póvoa, única forma de impor melhores condições de trabalho e um futuro mais garantido a estes pescadores.

JCP de Santarém analisa problemas da juventude do distrito

Após analisar a situação da juventude no seu distrito, a Direcção Distrital de Santarém da JCP emitiria um comunicado onde alerta nomeadamente para a situação vivida no ensino, bem como o problema do desemprego.

Em relação ao ensino a JCP alerta para algumas dificuldades surgidas ou agravadas com a política deste Governo, nomeadamente o aumento dos passes escolares que, nalguns casos, passaram para o dobro, o corte de carreiras rodoviárias escolares em alguns conce-

los, e a geral dificuldade no acesso ao ensino, por dificuldades económicas, dos filhos dos trabalhadores. Por outro lado a degradação de inúmeras escolas no distrito, o seu superloteamento e a falta de medidas governamentais tornam quase «inabitável» o ensino, para já não falar da crónica falta de professores e a sua tardia colocação, que atrasa ainda mais a abertura das aulas.

No que respeita à juventude trabalhadora agrava-se a discriminação salarial em várias

empresas do distrito (Idal, Intexta, V.M. — Porto Alto — Olimar, etc.), a repressão patronal, as ameaças de despedimento, tudo sem que o governo faça alguma coisa no sentido de revogar (como prometeu) os famigerados contratos a prazo.

A JCP de Santarém terminaria por apelar aos jovens ribatejanos para que participem nas grandes lutas de massas que o movimento sindical vai desencadear e à participação em Outubro na semana pela Paz e o Desarmamento.

Avelino Gonçalves: O Governo soma o «sim» e o «não»

Discursando na «Festa da Unidade», em S. Victor, que se realizou no passado fim-de-semana, o camarada Avelino Gonçalves, membro da Direcção da Organização Regional do Porto e do CC do PCP, analisaria detalhadamente a situação que se vive no nosso país com a gravosa política do Governo PS-PSD, uma política que «constitui uma verdadeira guerra declarada ao povo trabalhador e é igualmente um crime contra a economia nacional, um crime contra o nosso País. É uma política antipatriótica».

«Que outro nome pode ter — pergunta Avelino Gonçalves — uma política que aponta para a redução substancial

das áreas de terra cultivadas num país que se vê forçado a importar uma grande percentagem dos alimentos que consome? Que manda produzir menos para 'resolver' os problemas? Que bloqueia grandes projectos de interesse nacional, como o Alqueva e o Plano Siderúrgico Nacional? Que, semeando o desemprego, faz com que se sintam estrangeiros na sua própria terra centenas de milhares de portugueses? Que desvaloriza o escudo, aumenta a dívida externa, afunila as nossas relações comerciais com o estrangeiro, segue abertamente os ditames do FMI em vez de atender aos Interesses nacionais?».

Por fim o camarada Avelino Gonçalves consideraria que o «povo português encontrará as formas capazes de conduzir à unidade necessária, para além das filiações partidárias e das barreiras sociais secundárias».

Plenários e reuniões

HOJE: Plenários de militantes promovidos pelo Comité Local de Lisboa para a 1.ª Zona — Empresas (CT Vitória, 19.00), Petrogal (CT Vitória, 19.00), Célula de Deficientes (CT Vitória, 19.00), 1.ª Zona — Freguesias Sector 4 (CT da Graça, 21.30), Freguesia dos Anjos e Sector 3 (CT Vitória, 21.30), 4.ª Zona — Freguesia de Arroios (21.30, CT de Arroios); plenário de comissões de Freguesia, secretariados de células, membros dos CTs, autarquias e outros organismos de direcção do PCP em Alhandra, no CT e com a presença de Abílio Martins, do CC do PCP, para discussão das conclusões do plenário do CC do PCP;

AMANHÃ: Reunião das organizações do PCP do Concelho da Amadora pelas 21.00 com a presença de José Casanova, da CP do CC do PCP; sessão de cinema e discussão da situação política em Torcatas (Almada) às 21.30 no clube «Estrela das Torcatas»; plenários promovidos pelo CLL do PCP para Freguesias do Beato — Empresas (CT do Beato, 19.00), Balrros da Freguesia do Beato (CT do Beato, 21.30), às 21.00, nos respectivos Centros de Trabalho, Freguesias de Fátima, Alcântara, Ajuda, Belém, Prazeres e Alfama e Sector 1 e 2 da 1.ª Zona (CT de Santos, 21.00).

SÁBADO: Sessão de esclarecimento no pavilhão polivalente da Brandoa (21.00, com Vítor Dias do CC do PCP); plenário de célula no CT de Sacavém (14.30, com José Casanova); jornada de amizade e camaradagem no programa «Noite Alentejana» promovido pela CF de Alvalade do PCP na Casa do Povo de Alvalade Sado (21.00).

TERÇA-FEIRA (dia 4): Plenário de organização no CT de Valonga (21.30); plenário de militantes da Freguesia de Carnaxide, na Sociedade Filarmónica (21.30), com a presença de Carlos Costa, da CP e do Secretariado do CC do PCP, com discussão da situação política e o lançamento da campanha de fundos para o CT concelhio de Alguís; sessão de cinema e discussão da situação política no jardim do Castelo (Almada), pelas 21.30; plenário de militantes das empresas dos Olivais (CT dos Olivais, 18.30).

NA FIGUEIRA DA FOZ Um convívio original

Por iniciativa das células da TONUS e MOMPOR (actualmente na Figueira da Foz para a montagem de uma nova fábrica de celulose), o Centro de Trabalho do PCP desta localidade tem conhecido nos últimos meses uma dinâmica e um espírito de convívio que muito tem beneficiado a organização local do Partido.

Os trabalhadores destas empresas, manifestando forte consciência de luta e de classe, sobreram encontrar, mesmo longe dos seus locais de residência (como já dissemos vieram à Figueira para montar a fábrica), a forma de se manterem ligados ao Partido através de convívios que realizam semanalmente e onde confraternizam em franca camaradagem mais de 100 trabalhadores, muitos deles com posições políticas diferentes.

Destes convívios logo surgiu a ideia de oferecer ao Partido algo que recordasse a passagem destes camaradas e assim nasceu a «campanha da TV a cores» que, para além de ser um instrumento de trabalho, é também um pólo atractivo para a organização local. A entrega do televisor far-se-ia «a preceito» em 6 de Setembro passado, no meio de uma festa onde esteve o camarada Vasco Paiva, membro do CC do PCP. E, é claro, estas iniciativas irão continuar! Força, Figueira da Foz!

Trabalhadores

PERANTE A ESCALADA DO GOVERNO

INTENSIFICAR A LUTA

— decide a Inter em Plenário Nacional

A CGTP-IN, que acaba de publicar um estudo sobre «consequências da política do Governo em geral e por regiões», reuniu no último sábado em Lisboa o seu Plenário, que aprovou entre outros documentos uma resolução político-sindical convocando para 15 de Outubro próximas manifestações e concentrações a nível nacional. Foram apontados como objectivos desta forma de luta o pagamento dos salários em atraso, defesa do direito ao trabalho, contra a lei dos despedimentos, o aumento do custo de vida e a criação de novos impostos sobre quem trabalha.

A resolução aprovada pelo órgão da Central mais representativo entre Congressos inclui ainda entre os objectivos das concentrações e manifestações do dia 15 a «defesa das nacionalizações e reforma agrária» e a luta por «uma política democrática e nacional».

Promessas

Sublinha a resolução no seu ponto 1 que, contrariamente às promessas eleitorais, o actual Governo Soares/Mota Pinto tem levado a cabo «uma política que só se diferencia da política da "AD" por ser ainda mais violenta, mais ruinosa e mais destruidora para os interesses dos trabalhadores e do país».

O próximo endurecimento das formas de luta era entretanto assinalado por dirigentes da Central, não excluindo a sua adopção, se continuar a ser praticada a política seguida até agora pelo Governo PS/PSD e pelo grande patronato que o apoia.

A CGTP-IN, que sempre lutou contra a crise, sublinhou especialmente o repúdio pela lei dos despedimentos (lay off) e a necessidade de prosseguir a luta pelo pagamento dos salários em atraso, que

frisou a necessidade de reforçar a luta de massas, com o ponto de partida nas empresas, e referiu que existem condições reais para melhorar a unidade entre todos os trabalhadores e para o estreitamento de relações solidárias com o campesinato, os pequenos e médios comerciantes e industriais «também afectados pela desastrosa política do Governo».

Sobre a Conferência Nacional pelo Direito ao Trabalho, que decorreu entre 16 e 22 de Setembro e foi motivo de um balanço do Conselho Nacional da CGTP no dia seguinte, o Plenário regista a grande participação nas numerosas sessões regionais (4053 activistas

sindicais em 1250 plenários de empresa, representando no seu conjunto 1 350 000 trabalhadores).

Intensificar a sindicalização

A resolução político-sindical aprovada pelo Plenário da Inter, depois de referir as principais conclusões da Conferência (repúdio dos despedimentos, pagamento dos salários atrasados e condições para a unidade), sublinha ainda dentro do mesmo âmbito de questões a importância da organização sindical de empresa, bem como a prioridade que deve continuar a ser atribuída à sindicalização, intensificando-a de

modo a aumentar o número de delegados sindicais eleitos e comissões de trabalhadores.

A degradação das condições de vida da maioria da população «está a suscitar como resposta uma vasta mobilização dos trabalhadores em todo o país», salienta por seu turno o Conselho Nacional da CGTP que refere as lutas em centenas de empresas e a «forte disposição de combater a política do Governo e de impedir a concretização das medidas gravosas que este já decidiu ou pretende decidir».

Consequências

No ponto 3 da sua resolução político-sindical o Plenário da



A realização de concentrações e manifestações no dia 15 de Outubro constitui desde já a resposta da Inter, aprovada no Plenário Nacional, pretendendo com isto fazer face à acção do Governo que tem em vista a rápida acumulação capitalista e a maior exploração dos trabalhadores

Promessas

Sublinha a resolução no seu ponto 1 que, contrariamente às promessas eleitorais, o actual Governo Soares/Mota Pinto tem levado a cabo «uma política que só se diferencia da política da "AD" por ser ainda mais violenta, mais ruinosa e mais destruidora para os interesses dos trabalhadores e do país».

O próximo endurecimento das formas de luta era entretanto assinalado por dirigentes da Central, não excluindo a sua adopção, se continuar a ser praticada a política seguida até agora pelo Governo PS/PSD e pelo grande patronato que o apoia.

A CGTP-IN, que sempre lutou contra a crise, sublinhou especialmente o repúdio pela lei dos despedimentos (lay off) e a necessidade de prosseguir a luta pelo pagamento dos salários em atraso, que

Menos procura, menos consumo...

A política do Governo PS/PSD ditada pelo FMI conduz à «contração da procura global, designadamente à diminuição do consumo privado e do investimento; ao crescimento rápido do desemprego, especialmente no sector público; à generalização do não pagamento de salários». Isto no plano nacional. No regional — lê-se num estudo da CGTP distribuído em 26 do corrente — as consequências dessa política afectarão «praticamente todos os distritos do País».

O estudo incide sobre a actual situação económico-social e assenta na análise

concreta dos sectores de actividade e das regiões.

Depois de referir as dificuldades crescentes das empresas dos principais ramos de actividade por região — redução do consumo, redução das compras de bens e serviços locais, êxodo da mão-de-obra qualificada, baixa no volume de vendas do comércio regional — o estudo da Central aponta algumas situações de crise, que se tornarão ainda mais graves, se a política PS/PSD for por adiante.

São referidos nomeadamente os casos das indústrias têxtil e metalúrgica nos

distritos do Porto e de Braga (18 mil trabalhadores têxteis com mais de meio milhão de contos de salários em atraso e 49 empresas do sector em riscos de encerrar a curto prazo, empregando mais de 7 mil trabalhadores); estaleiros navais de Viana do Castelo (2000 trabalhadores enfrentando grandes dificuldades financeiras); Avelro (Oliva, com 1900 trabalhadores reduziu a laboração); Coimbra (grandes e médias empresas em risco de encerramento, empregando no conjunto mais de 2300 trabalhadores); Castelo Branco (graves problemas no têxtil, sobretudo na Covilhã); Lei-

ria, com várias empresas já encerradas no sector da indústria vidreira e atrasos nos salários, especialmente na Marinha Grande; Santarém: grandes empresas atingidas, caso da MDF (Tramagal) e Compal (concentrado de tomate); Setúbal (atingida a indústria metalúrgica — Siderurgia) a naval e a montagem de automóveis; desemprego seriamente agravado — Lisnave com menos 3700 trabalhadores a partir de 1977, Setenave com postos de trabalho ameaçados e risco imediato de desemprego para 2000 pessoas; conservas e pescas as mais atingidas no Algarve.

Inter sintetiza as principais consequências da política do Governo nos planos económico e financeiro, social e laboral, assinalando:

— A redução da produção e do investimento, o aumento da dependência externa pelos ataques às empresas públicas, reforma agrária, actividade agrícola, restrições ao crédito, submissão ao FMI;

— A redução drástica do nível de vida, através do aumento generalizado dos preços e o congelamento das pensões e salários mínimos, degradação dos serviços de saúde, das condições básicas de habitação e dos transportes, e o lançamento de um novo imposto, que extorquirá aos trabalhadores 15 milhões de contos;

— Centenas de milhares de trabalhadores sem salários (mais de 100 mil só na cristalaria, têxteis, indústria naval, cerâmica, metalurgia, transportes,

química e comunicação social), bloqueamento da contratação, abuso generalizado dos contratos a prazo, ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores através de alterações à legislação do trabalho, aumento de desemprego e da insegurança no trabalho.

Luta em todas as frentes

«O movimento sindical declara-se em oposição frontal a esta política e vai combatê-la em todas as frentes, assumindo particular importância a luta contra o lay off», sublinha a resolução do Plenário.

Depois de referir que o actual Governo, que tanto apregoou o «diálogo social, vem praticando uma política de facto consumado e recusa-se a discutir as propostas da CGTP-IN», o Plenário da CGTP-IN, afirmando que existe uma al-

ternativa, concluiu que «o Governo de facto não dispõe de um projecto minimamente consistente para resolver a crise. Pelo contrário, a acção do Governo visa permitir a rápida acumulação capitalista e a maior exploração dos trabalhadores».

Por isso o Plenário decidiu promover as concentrações e manifestações no dia 15 de Outubro a recorrer «a todas as formas de luta necessárias e adequadas»; promover as comemorações do 13.º aniversário da CGTP-IN, integrando-as nas acções de luta dos trabalhadores; empenhar todo o movimento sindical na realização do Encontro de 8 de Outubro dos trabalhadores das empresas públicas; requerer a declaração de inconstitucionalidade do imposto sobre salários; unificar e desenvolver a luta dos trabalhadores em todas as frentes.



No Rossio, pela banca e pelos seguros nacionalizados

FRENTES DE LUTA

Salários, emprego, sector público

Entre sectores e empresas em luta destacaram-se ultimamente a metalurgia e metalomecânica, pescadores, CIFA, bancários e seguros de Lisboa. Noutros sectores e empresas, designadamente as ligadas à indústria vidreira, continuam salários por pagar, ameaças de encerramento e desemprego, como na MDF, CP, Compal, UTIC, Oliva, Sotex e outras empresas onde as dificuldades se agravam diariamente, como na Gelmar.

Na metalurgia e metalomecânica os trabalhadores, depois da greve dos dias 22 e 23, preparavam no início desta semana novas formas de luta em defesa do contrato (CCTV). As associações patronais, responsáveis pela paragem nas negociações, argumentam com a situação das empresas para não aumentarem os salários. A greve de 22 e 23 teve uma adesão que oscilou entre os 70 e os 75 por cento.

Na Póvoa do Varzim, os pescadores artesanais de sardinha decidiram, entretanto, pôr termo à greve, ao fim de 18 dias de luta que envolveu mais de 200 trabalhadores. Conseguiram 200 escudos de caldeirada, 5 cabezas de me-

lhor caldeirada para a companhia e um para o mestre por cada 50 cabezas capturadas, 7 cabezas para a companhia e 2 para o mestre por cada 100 cabezas capturadas. Não conseguiram garantia de remuneração. Mas o que alcançaram com a greve é já um bom estímulo para a continuação da luta num dos sectores mais atingidos pela destruição da riqueza nacional e pela escalada contra os interesses dos trabalhadores.

Na banca e seguros de Lisboa, depois de uma concentração no Rossio, os trabalhadores desfilarão até à Praça do Comércio onde entregaram uma moção no Ministério das Finanças em defesa das

nacionalizações e da não entrega ao grande capital privado daqueles dois sectores fundamentais para o desenvolvimento do País.

Durante a concentração, convocada pelas Comissões Coordenadoras das CT's da banca e dos seguros, foi reafirmado que os bancos nacionalizados, mesmo geridos «de forma incorrecta, mesmo sofrendo os efeitos de uma negativa política governamental desde há alguns anos», têm dado grandes lucros.

Os trabalhadores não se dispõem a aceitar que os façam bodes expiatórios dessa política de «benesses, concessões e aumento de privilégios para os grandes capitalistas», enquanto o Governo manda apertar o cinto à generalidade dos trabalhadores.

Na Gelmar, os trabalhadores reuniram-se mais uma vez em plenário. Continuando a luta pela viabilização da empresa e dos seus postos de trabalho, decidiram exigir à Secretaria de Estado do Comércio Interno que lhes dê conhecimento do estudo sobre a Gelmar e que seja dada uma resposta à moção que os trabalhadores entregaram na Presidência do Conselho de Ministros, quando aí se concentraram no passado dia 20. Em causa está a garantia dos postos de trabalho. Os trabalhadores e as suas organizações representativas reclamam a demissão do presidente da comissão administrativa da Gelmar.

COMUNICAÇÃO SOCIAL E GOVERNO

É «inadmissível atentado» suspender cláusulas contratuais — protesta a CGTP

Numerosas tomadas de posição de órgãos constitucionais, forças democráticas, CGTP, sindicatos, CT's e outras organizações representativas dos trabalhadores opuseram-se vivamente nos últimos dias à política do Governo para a comunicação social estatizada.

A CGTP-IN considera nomeadamente que mandar suspender, como fez o Governo, «a aplicação de cláusulas do contrato colectivo de trabalho dos jornalistas, acordado entre o seu Sindicato e a entidade patronal», é um «inadmissível atentado ao direito de contratação colectiva» e um «ensaio que pode abrir caminho às piores prepotências e arbitrariedades».

Terra queimada

Política de terra queimada é como a CGTP-IN designa a acção do Governo Mário Soares/Mota Pinto na comunicação social. Num telex de quinta-feira passada, o departamento de informação da Central reafirma a sua posição de defesa do sector público dos postos de trabalho e da libertação de informação. No mesmo dia, sabia-se que os trabalhadores da EPNC iriam concentrar-se na sexta-feira em Lisboa, e que os acionistas da agência NP não aceitavam a fusão com a ANOP. Sabia-se também que a Procuradoria-Geral da República dera provimento à queixa-crime à actuação de José Alfaia na criação da NP. Num comunicado de 13 do corrente a CT da EPNC, após reunir em plenário, rejeitava a declaração da empresa «em situação económica difícil», e um encontro das ORT's da comunicação social mandatava a sua comissão organizadora para convocar urgentemente uma concentração de trabalhadores do sector. Por seu turno, o Sindicato dos Jornalistas, assim como a direcção do «Diário de Notícias», rejeitavam as pretensões do Governo em relação àquele matutino que, sendo aplicada, provocaria despedimentos, suspensão de contratos de trabalho e redução de horários. Outras situações ou medidas preconizadas para o sector motivavam entretanto tomadas de posição da parte da maioria dos jorna-

listas, outros trabalhadores e organizações representativas da comunicação social.

Suspensão das medidas

Apoiada por todos os sectores da empresa, a concentração de 22 do corrente em frente à sede do jornal «Diário de Notícias», em Lisboa, promovida pela Comissão de Trabalhadores da EPNC (Empresa Pública Notícias/Capital) reuniu entretanto centenas de trabalhadores que decidiram propor ao Governo a suspensão pelo prazo de um mês da decisão do Conselho de Ministros que, em 13 do corrente, declarou aquela empresa nacionalizada, proprietária de várias publicações e editoras conhecidas, em «situação económica difícil».

A reestruturação e viabilização da EPNC, segundo foi aprovado pelos trabalhadores (actualmente cerca de 1600) será objecto de uma proposta da directiva da ANOP para apresentar ao Governo no prazo de um mês.

Protestando contra as medidas que envolvem despedimentos, contra os salários e subsídios em atraso e outras situações abrangidas pela declaração do Conselho de Ministros publicada já no «Diário da República», a CT manifestou novamente a sua disposição para o diálogo. Mas o jornalista Jorge Peixoto, em nome daquela organização representativa, perguntaria a dada altura da sua intervenção se esse diálogo pode realmente concretizar-se em termos de verdade e de honestidade. Diálogo sim, acrescentou, mas com «um mínimo de seriedade da parte dos nossos interlocutores».

O diploma que declara oficialmente a EPNC em «situação económica difícil» representa, ainda segundo a CT, um autêntico «pacote de miséria, decidido sem um verdadeiro estudo das potencialidades da empresa, sem prévia audição dos seus trabalhadores, das suas estruturas representativas (sindicatos, CT, delegados sin-

dicais, nomeadamente) e foi tomado na base de informações não conformes com a verdadeira situação da EPNC».

Segundo o Conselho de Ministros a empresa está em falência técnica com um passivo superior a 2 milhões de contos. Segundo a CT a liquidação dessa dívida cabe ao Estado, «por força do Decreto-Lei 639/76», que é como se sabe da responsabilidade de Almeida Santos, hoje ministro de Estado do Governo PS/PSD e principal impulsor das medidas agora adoptadas para a EPNC.

A comissão organizadora do II Encontro Nacional das ORT's das Empresas Públicas e Participadas da Comunicação Social, em conferência de imprensa, dia 22, em Lisboa, advertia entretanto que os trabalhadores da EPNC, «no momento em que houver qualquer despedimento ou suspensão, ocupação de imediato os seus locais de trabalho durante 24 horas por dia».

Para hoje, quinta-feira, a manter-se a mesma situação, está marcada uma vigília de 24 horas em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento.

Estranheza na ANOP

Na ANOP, ameaçada há mais tempo com a própria ex-

tição, a CT estranhava a ausência de decisões da parte do Conselho de Ministros, reunido na quinta-feira passada. Num comunicado a CT recorda que os trabalhadores (mais de uma centena no total) têm salários e subsídios de férias em atraso.

O Conselho de Informação para a ANOP reafirmava entretanto a sua posição em defesa da agência pública cuja manutenção «surge como garantia da efectiva liberdade de informação». Num comunicado o CI lembra «o apreço manifestado pela generalidade das forças políticas e sociais e dos órgãos de comunicação social portuguesa pela informação rigorosa proveniente da ANOP/EP».

Por seu turno o Conselho de Imprensa, ao intervir no caso, manifestava a sua preocupação perante «actos governativos capazes de afectar a independência de órgãos do sector público da comunicação social». Não é detectável da parte do Governo «uma vontade real de defesa da existência e independência do sector da comunicação social pertencente ao Estado, tal como a Constituição prescreve», acrescenta o comunicado do Conselho de Imprensa em comunicado distribuído no passado dia 20.

Censura e manipulação

Depois de referir que a política de Soares/Mota Pinto é di-

rigida por dois objectivos centrais na comunicação social — «o desmantelamento e a privatização das empresas públicas e o controlo político-partidário da Informação» — a CGTP-IN salientava, em 22 do corrente, que «os instrumentos principais desta «política de terra queimada» são:

● Os cortes financeiros a pretexto das «dificuldades do país»;

● A suspensão de contratos e dos despedimentos colectivos;

● O controlo directo das chefias da Informação (sobretudo na RTP e RDP) pelo Governo e os partidos que o compõem.

«Manifestações evidentes e escandalosas da censura e manipulação governamental da Informação», são entre outras, segundo a Central, «as transferências forçadas de jornalistas que não agradam ao Governo; a proibição também neste sector de certo tipo de entrevistas (designadamente com dirigentes sindicais); a substituição e o silenciamento pela RTP de importantes acontecimentos nacionais e das iniciativas do movimento sindical, como é o caso da Conferência Nacional pelo Direito ao Trabalho que decorreu de 16 a 22 do corrente em todo o país.



Pormenor da concentração de protesto contra as medidas para a ENPC

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários
ARTIGOS E INTERVENÇÕES

Trabalhadores

A INTER FAZ 13 ANOS



A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional comemora, no próximo dia 1, o seu décimo terceiro aniversário.

Sob o lema «13 anos em luta pelos direitos de quem trabalha — 13 anos em luta pelo Portugal de Abril», o Conselho Nacional da CGTP, reunido em 6 de corrente, decidiu integrar o 1 de Outubro nas acções em curso.

Criada em 1970, a Inter ganhou a confiança do movimento sindical e do movimento democrático e popular através da luta e da defesa segura da unidade contra o fascismo.

O caminho seguido pela CGTP honra os trabalhadores portugueses, honra a luta geral pela democracia, e o sempre necessário reforço do combate contra as pretensões do grande capital e do imperialismo no nosso país.

Nacional

REFORMA AGRÁRIA

Trabalhadores mobilizados na resposta à ofensiva

Governo PS-PSD está a ir mais longe nas ilegalidades do que a «AD»

Confirmando todas as apreensões anteriormente manifestadas a este Ministério da Agricultura do Governo PS/PSD, a exemplo aliás do que se passa noutros sectores, a ir mais longe que a extinta AD retomando em toda a linha a prática de ilegalidades que caracterizou o seu antecessor na zona da Reforma Agrária.

Malgrado as promessas de cumprimento da lei que encheram a boca de ministros e assessores, o Executivo liderado por Mário Soares está a prosseguir e a agravar a política dos governos anteriores, renovando a ofensiva contra as UCP's/Cooperativas.

Com efeito, o Ministério da Agricultura mandou entregar desde o início da semana, com a cobertura de fortes contingentes da GNR, oito herdades a agrários e falsos agricultores nos distritos de Setúbal, Évora e Portalegre, servindo-se para tal de despachos ainda assinados por Basílio Horta, ministro do último governo da AD.

Se em qualquer dos casos a situação é de flagrante ilegalidade, esta ofensiva é tanto mais escandalosa quanto, por exemplo, uma das reservas entregues, a herdades da Fiuza e Quinta do Azinhal da UCP Azinhal, no concelho de Évora, resulta de um despacho do secretário de Estado das Estruturas e Recursos Agrários, Góias Palma, a favor da Sociedade Agro Silvícola de S. Matias quando afinal esta empresa tinha deixado expirar o prazo que a lei lhe concedia para exercer o direito de reserva (30 de Junho 1978).

Atente-se que o próprio João Goulão, então secretário de Estado da Agricultura Agrária considerou por despacho de 21 de Julho de 1980 caducado aquele direito, não tendo, por conseguinte, concedido a reserva.

Apesar de tão clara a situação, vem mesmo assim, e agora, o secretário de Estado Góias Palma mandar proceder à entrega da reserva que praticamente liquidará a Cooperativa, reduzindo-a a 575 hectares e lançando no desemprego 40 trabalhadores.

Como sublinha o Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora esta acção do Governo é «claramente a continuação de uma política de destruição e de ilegalidades» que desmente as afirmações de respeito pela lei que os membros do actual Executivo têm «mentrosamente repetido».

Uma coisa, no entanto, o Governo se está a esquecer ou não aprendeu com a experiência dos seus antecessores: a resistência organizada dos trabalhadores que permitiu, apesar de oito anos de sucessivos ataques, que a Reforma Agrária continue de pé.

Exemplo desta firmeza foi, aliás, já dado na passada segunda-feira, pelos cerca de mil trabalhadores que compareceram em Ponte de Sor frente à Câmara Municipal, para repudiar as entregas de reservas em duas cooperativas do concelho.



Subordinado ao tema «Lutar e produzir para defender a Reforma Agrária e desenvolver a agricultura» os trabalhos do Encontro terão início às 9 e 30 horas e neles participarão cerca de mil delegados das UCP's/Cooperativas, do sector agrícola privado, técnicos e agricultores de Ligas.

Em debate estarão, entre outros, temas como a seca, o balanço das searas, perspectivas e medidas a tomar; os preços à produção; as orientações gerais para a campanha em curso; e a política agrícola do Governo PS/PSD.

Entretanto, ultimam-se os preparativos para o Encontro de Culturas de Outono e Inverno da Reforma Agrária que decorrerá

no próximo sábado, dia 1, nas instalações da Cooperativa 1.ª de Maio, em Avis.

Entretanto, ultimam-se os preparativos para o Encontro de Culturas de Outono e Inverno da Reforma Agrária que decorrerá

Entretanto, ultimam-se os preparativos para o Encontro de Culturas de Outono e Inverno da Reforma Agrária que decorrerá

Campanha Mundial pelo Desarmamento

Várias iniciativas em Portugal

A Campanha Mundial do Desarmamento, promovida pelas Nações Unidas, está também em curso em Portugal e, em vários países da Europa, já muitas acções foram levadas a cabo desde os passados meses de Junho, Julho, Agosto e durante o mês de Setembro que agora finda.

tos diversificados para as diversas classes concorrentes — infantis, iniciados, juvenis, juniores, séniores e veteranos masculinos e femininos. Os vários percursos irão convergir para a Praça dos Restauradores. Outros pormenores sobre esta iniciativa serão mais tarde divulgados.

vens realizarão diversas acções de carácter cultural e político para divulgação e esclarecimento da luta da juventude pela Paz.

grupos de delegados do Cruzeiro da Paz terão encontros com representantes de autarquias de Amadora, Loures e Lisboa, com Comissões de Trabalhadores de várias empresas, com representantes da Reunião Interassociações dos Estudantes de Lisboa (RIA), da Comissão da Paz de Lisboa, do CPCC, do Movimento Não As Armas Nucleares e da Comissão Coordenadora do Festival de Tróia.

O calendário das próximas acções a empreender no âmbito da Campanha Mundial da ONU contra a implantação de novos mísseis nucleares na Europa é o seguinte:

Bélgica: 23 de Outubro Manifestação nacional em Bruxelas contra os mísseis e pelo desarmamento;

Itália: 23 de Outubro Grande manifestação nacional em Roma;

Dinamarca: 22 de Outubro Viagens de autocarro para Hamburgo (RFA) tendo em vista o apoio às manifestações contra os novos mísseis, a decorrer naquele país nessa mesma data;

24 a 31 de Outubro Semana do Desarmamento, assinalada no dia 29 com importantes manifestações em diferentes cidades;

Suécia: Setembro e Outubro Campanha de recolha de assinaturas à escala nacional contra os mísseis Pershing II e de Cruzeiro;

22 de Outubro Cadeia humana de pessoas de mãos dadas entre as embaixadas da URSS e dos EUA em Estocolmo, por uma zona desnucleada na região nórdica e na Europa;

Noruega: 17 a 24 de Outubro Semana de Acção pela Paz, que culminará, no dia 24, com uma manifestação de massas em Oslo;

Holanda: 29 de Outubro Manifestação em Haia contra os «euromísseis»;

França: 17 a 23 de Outubro Semana da ONU pelo Desarmamento; 12 cadeias humanas pela paz partirão de diferentes regiões, convergindo para Genebra;

22 de Outubro Manifestações regionais em Paris, Nancy, Marselha, Lille, Bourges, e Lyon pelo êxito das negociações de Genebra e pela redução das armas nucleares;

União Soviética: 14 a 19 de Outubro Comboio da paz, que parte de Stravopol e volta à mesma cidade passando por Kiev, Minsk, Brest, Vilnius e Leninegrado. Previstas diversas manifestações em cada uma das etapas da viagem;

24 a 30 de Outubro Manifestações em toda a União Soviética assinalarão a Semana de Acção pelo Desarmamento.

Em Portugal, como tem vindo a ser largamente anunciado, terá lugar durante todo o mês de Outubro uma Campanha Nacional pelo Desarmamento, e de 22 a 29 será assinalada a Semana Mundial do Desarmamento das Nações Unidas, terminando em 29 de Outubro com Marchas da Paz em Lisboa, Porto, Évora, Beja, Coimbra e Faro, realizando-se ainda em Lisboa de 28 a 29 de Outubro as «24 horas pela Paz».

Plenário hoje

Realiza-se hoje, às 20.30 horas, na Rua Mirante Barroso, n.º 3, ao Largo da Estefânia, em Lisboa, um plenário aberto à participação de todos os interessados, a fim de debater a actual situação internacional e os perigos que esta encerra para a paz e a segurança mundiais.

Está ainda prevista a exibição do filme japonês «A Profecia», que antecederá os trabalhos do plenário. A projecção deste filme constitui uma estreia absoluta em Portugal deste importante documentário sobre Hiroshima e Nagasaki.

Corrida pela Paz e pelo Desarmamento

A realizar em 29 de Outubro, a Corrida Pela Paz e Pelo Desarmamento é uma iniciativa igualmente integrada na «Semana da ONU pelo Desarmamento» e na Campanha Nacional das Marchas da Paz/83.

A iniciativa espera registar grande participação popular e, para tal, contará a ajuda prestada por colectividades e associações diversas — cívicas, desportivas, sindicatos —, dos distritos de Lisboa e Setúbal.

A realizar em Lisboa e aberta à participação de todos, a Corrida da Paz incluirá trajec-

Vem aí o «Leão Tolstói»

Chega a Portugal na próxima segunda-feira o navio «Leão Tolstói» que aportará a Lisboa às 9.30 horas da ma-

nhã. Partiu da Grécia no passado dia 25 de Setembro para o «Cruzeiro da Juventude da Paz», em visita a várias cidades europeias. A viagem foi promovida pela Federação Mundial da Juventude Democrática e nela participam cerca de 360 jovens representantes de 14 países da Europa — entre os quais Portugal — e ainda da Nicarágua, Líbano, Chile e Argélia.

Além da capital portuguesa, o programa da viagem inclui paragens em La Valette, Barcelona, Le Havre, Copenhague e Kiel, o término, onde os jo-

A crise agrava-se também na Madeira

Os reflexos e incidências da política do Governo PS-PSD na Madeira e a recente visita de Mário Soares, foram tema de uma conferência de Imprensa promovida no Funchal pela Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira.

Também na nossa Região — foi afirmado — o PSD e o PS tecem elogios às «virtualidades» do Bloco Central e lançam operações de «namoro» a que quase só falta marcar a data do «casamento».

Antes ou depois das Eleições Regionais de 1984 o Bloco Central, metendo num mesmo saco o PSD e o PS, não resolveria nenhum dos problemas graves com que a Região se debate.

Se tomássemos como exemplo a acção dos elementos do PS e do PSD nas Câmaras do Funchal e St.ª Cruz (só para falar de dois exemplos mais flagrantes) verificaríamos que não há diferença na actuação dos responsáveis destes

dois partidos, bem pelo contrário; o PS vai a reboque do PSD, actuando como servil apoiante duma política de direita contra os interesses do Povo e da Região.

Entretanto, vindo fugir-lhe o terreno debaixo dos pés, o presidente do Governo Regional tenta atrelar a direcção do PS à sua ruína política, para na primeira oportunidade os chutar e insultar, como em tantas outras situações já aconteceu.

Lamentavelmente, pelas posições já conhecidas, a direcção Regional do PS (que já se quis fazer passar por posições de esquerda dentro do seu partido) numa atitude de vergonhosa subserviência, está de braços abertos aos objecti-

vos do PSD.

Em vez de abrir às forças verdadeiramente democráticas e aos trabalhadores exigindo do Governo Regional uma política diferente, pelo contrário, corre atrás das promessas do PSD, na ânsia de partilhar lugares e pastas.

A visita do dr. Mário Soares à Região insere-se neste contexto, dando base, no entanto, a outras e obscuras manobras políticas, tanto do próprio Mário Soares como de Alberto João Jardim.

Tratou-se sobretudo de uma visita de lazer e de cortesia, pródiga em trocas de amabilidades, simpatia e apoios, a que obriga o descrédito e o repúdio popular crescente pela política desastrosa que vêm conduzindo, quer o Governo da República, quer o Governo da Região.

Mário Soares, político do grande capital, liderando as

forças de direita e a política da direita, procura, a todo o custo, concretizar inconscientes ambições pessoais de se sentar na cadeira de Belém, deixando Mota Pinto em S. Bento.

João Jardim, já sem campo de manobra para a sua ruína e catastrófica política financeira, procura a todo o custo cobertura para a sua actuação.

Com um descontentamento crescente por parte da população; com dívidas por todo o lado; com as remessas dos emigrantes em queda vertiginosa; com uma clientela partidária e caciqueira habituada a grandes e chorudos vencimentos e negociatas, o presidente do Governo Regional já se confessa sem capacidade de prosseguir, e não sabe se se recandidatara a futuro mandato.

Agora... quem vem atrás que feche a porta, e o povo que pague a crise.

Sindicatos do Porto em Congresso

A União dos Sindicatos do Porto, organização intermédia da CGTP, convocou para 22 e 23 de Outubro próximo o seu I Congresso. Aberto a todos os Sindicatos, filiados ou não, como é hábito nas iniciativas unitárias do Movimento Sindical, o I Congresso da USP será preparado e dinamizado a partir dos anteprojectos de programa de acção e estatutos, já em distribuição para debate entre os trabalhadores.

A USP distribuiu também uma síntese daqueles documentos. Nela se refere a dado passo que, «nas reais condições do Porto (a estrutura é de âmbito distrital) e na presente situação política, coloca-se ao I Congresso da USP/CGTP-IN a tarefa fundamental de definir as acções e prioridades que decorrerão do IV Congresso da CGTP-IN».

As frentes de luta prioritárias, segundo aquela síntese, em «defesa dos direitos e liberdades democráticas e sindicais», são enumeradas como segue: luta pelo rigoroso cumprimento da Constituição e pela aplicação das leis que a respeitem; apuramento e divulgação da verdade dos acontecimentos e punição dos responsáveis pelos assassínios do 1.º de Maio de 1982 no Porto e do trabalhador vítima da GNR, em Valongo, durante a luta na CIFA; dissolução dos corpos especiais da polícia, como a polícia de intervenção e o grupo de operações especiais; luta pelo respeito do direito de reunião e manifestação, designadamente pelo direito dos trabalhadores e da população do Porto comemorarem o 1.º de Maio nos seus locais habituais; luta pela reintegração dos trabalhadores ilegalmente suspensos ou despedidos, e contra as discriminações disciplinares e económicas sobre os activistas; exigência do efectivo reconhecimento do direito de participação dos trabalhadores e das suas organizações com a sua integração imediata, no Porto, nos órgãos de gestão, fiscalização e consulta do Inatel, Segurança Social e administração regional de saúde; exigência do acompanhamento directo dos representantes sindicais sobre as acções da Inspeção do Trabalho e da gratuidade do processo de trabalho para os trabalhadores; defesa da legislação de trabalho favorável aos trabalhado-

res, a sua extensão a trabalhadores ainda não abrangidos, e luta contra alterações desfavoráveis na legislação sobre os despedimentos e a greve; luta pela publicação do regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

Do capítulo intitulado «A luta dos trabalhadores do distrito», de que acabámos de citar uma parte, constam ainda as lutas «pelo direito ao trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso», e pelos «direitos das mulheres e dos jovens»; o «combate à inflação, defesa do poder de compra, melhoria das condições de vida»; e a «defesa das empresas nacionalizadas e do sector público».

Dividida em quatro capítulos a síntese dos anteprojectos de programa e estatutos da USP dá especial relevo à unidade e à luta contra o divisionismo. «O grande capital — refere a dada altura a síntese da USP — assustado com a força e a capacidade do movimento sindical unitário, com a sua inserção junto dos trabalhadores, procurou das mais variadas formas a sua divisão. A UGT aparece como instrumento patronal para levar a cabo, de forma sistemática e planeada, um processo divisionista e antidemocrático». (...) Aceitar o divisionismo como representantes dos trabalhadores apenas alargaria o seu campo de manobra; seria consentir que o próprio patronato assentasse arraiais no seio dos trabalhadores», refere ainda a USP que conclui a sua síntese reafirmando que «a hora é de luta sem tréguas contra a política de agravamento da crise, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses, pelo desenvolvimento da produção nacional, pela liquidação do desemprego, por habitação e saúde, por cultura e instrução, pelo combate ao atraso e ao subdesenvolvimento do País».

Custo de vida alarmante repudiado por MDM de Lisboa

Lançado apelo para a participação das mulheres nas Marchas da Paz

A situação económica e social, designadamente os aspectos relacionados com o custo de vida, as leis laborais, o desemprego, os problemas da saúde, ensino e habitação, bem como a questão da Paz foram objecto de uma análise detalhada por parte do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) do Distrito de Lisboa que para o efeito reuniu a sua direcção no último fim-de-semana, na capital.

As novas leis laborais que o Governo tem na força e em particular o chamado «lay-off» (suspensão dos contratos de trabalho) constituem também, segundo o MDM, uma «grave ameaça na vida das mulheres» que porá em perigo «a estabilidade de emprego de numerosas famílias». A este respeito sublinharam ainda que o desemprego e as dificuldades económicas «tendem a levar a situações de degradação de vida e das rela-

ções familiares» que poderão conduzir as mulheres à prostituição e os jovens à delinquência e ao crime.

Tendo em conta estes factos, e no sentido de alertar as mulheres e a população em geral para os «direitos que lhe assistem», o MDM de Lisboa projecta levar a cabo um conjunto de acções de esclarecimento, a primeira das quais será a distribuição de um documento no próximo sábado, dia 1.

Quanto aos problemas da saúde e do ensino, dadas as tremendas carências existentes, a direcção distrital decidiu expor junto do MAS as reivindicações mais sentidas pelas mulheres do distrito, nomeadamente a Maternidade, em Loures, e a abertura do Centro de Saúde da Amadora.

A anunciada liberalização das

rendas de casa bem como a falta de casas mereceu também uma larga discussão das participantes na reunião que aprovaram o lançamento de uma campanha de esclarecimento acompanhada de uma recolha de assinaturas para um documento de protesto contra o aumento das rendas, a entregar aos órgãos de soberania.

Depois de repudiar a forma como a maior parte da comunicação social tem, por um lado, «manipulado a informação» e, por outro, «ignorado as realizações das forças que defendem a democracia», o comunicado aborda a situação internacional e o problema da paz lançando um alerta para a política de cedências levada a efeito pelo Executivo relativamente à utilização das Bases das Lajes e de Beja pelos Estados Unidos,

apelando ao mesmo tempo para que as mulheres portuguesas participem na luta contra a utilização de Portugal como ponto de passagem ou de ataque com armas nucleares ou outras. Neste sentido, acentua o comunicado, as mulheres do Distrito de Lisboa decidiram participar activamente na Marcha da Paz a realizar em Lisboa no dia 29 de Outubro e promover no decorrer do mesmo mês sessões, debates e exposições sobre o tema da Paz.

No decorrer dos trabalhos foram ainda aprovadas diversas moções, designadamente sobre situações dos reformados e idosos, contra o aumento do custo de vida, de solidariedade para com a luta dos trabalhadores da EPNC, de repúdio pelo projecto lei dos despedimentos, de apoio à semana do Desarmamento das Nações Unidas.

Internacional

LÍBANO

O caminho armadilhado da paz

Um acontecimento da maior importância marcou o início desta última semana de Setembro, mês que se caracterizou por elevadas temperaturas políticas e nível internacional: o acordo de cessar-fogo no Líbano e o início de conversações entre as diferentes forças em confronto.

Mas se as primeiras reacções da opinião pública em geral são de esperança e de alívio — as imagens de destruição e morte, de desespero e tragédia correram mundo, chocaram e incomodaram mesmo os que procuram não saber o que se passa à sua volta — não é menos verdade que a expectativa permanece como pano fundo de muitas dúvidas e preocupações quanto ao futuro não só do Líbano mas de toda a explosiva região do Médio Oriente.

Quando cerca da meia-noite de domingo passado o primeiro-ministro libanês Shaffic Wazzam anunciava em Beirute o acordo de cessar-fogo, ao mesmo tempo que a notícia era dada em Damasco pelo ministro sírio dos Negócios Estrangeiros e pelo medianoiro da Arábia Saudita, Ben Sultan, um facto chamou de imediato a atenção: a completa ausência de referências à OLP e ao povo palestino.

A medida que os pormenores do acordado sendo conhecidos novos elementos começaram a surgir à luz do dia

justificando as apreensões. Como a estranha coincidência dos rumores que precederam o acordo de cessar-fogo com a chegada ao Líbano do couraçado «New Jersey» norte-americano e de mais quatrocentos fuzileiros dos Estados Unidos.

E que dizer das declarações recentes do primeiro-ministro francês, em relação ao Chade e ao Líbano segundo o qual a França e as suas forças armadas não intervirão nos equilíbrios políticos desses Estados, designadamente nos confrontos com carácter de conflitos internos, quando as imagens de Beirute não deixam margem para dúvidas do partido tomador na guerra civil libanesa?

Como entender afinal que as forças de François Mitterrand, dirigente da Internacional Socialista, ataquem no Líbano as forças do Partido Socialista de Walid Jumlat, ele também da Internacional Socialista?

Poderia dizer-se que tudo isto são águas passadas, agora que o cessar-fogo parece finalmente ser uma realidade e que todos os esforços apontam para a desejada reconciliação

nacional libanesa. Mas isso seria um erro. Porque não haverá paz no Médio Oriente em geral, e no Líbano em particular, enquanto não estiverem resolvidas todas as questões que têm estado na base da guerra e em primeiro lugar a questão palestina. Ou seja, enquanto Israel continuar impunemente com o apoio dos Estados Unidos a sua política expansionista e de agressão e enquanto não seja reposta a justiça devida ao povo palestino.

É pertinente recordar as palavras do general Ariel Sharon, um dos principais responsáveis pelos massacres no Líbano e actual ministro sem pasta do governo israelita, no próprio dia em que era aceite o cessar-fogo no Líbano: os territórios situados a leste do Jordão fazem parte das fronteiras bíblicas de Israel e constituem 75 por cento do património de Israel bíblica. Sharon foi ainda mais longe afirmando ser conveniente não só salientar a sua importância para a segurança de Israel mas também o facto de tais territórios a leste do Jordão nos pertencerem do mesmo modo que Jerusalém, Nablus, Hebron e os montes Gallaad, embora actualmente não os controlemos.

Não reconhecer a ameaça implícita nestas palavras do ex-

-ministro da Defesa israelita, actual ministro sem pasta e já indigitado para provável ministro dos colonatos do futuro governo de Telavive, seria seguir o exemplo do avestruz que esconde a cabeça na areia para não ver o perigo.

Apesar de tudo a esperança

O cessar-fogo será um prelúdio a um entendimento nacional total que servirá de base permanente à coexistência entre os libaneses e que garantirá a extensão da soberania do Estado em todo o território libanês e o estabelecimento de um poder equilibrado — este um extracto do comunicado oficial divulgado em Beirute que estipula que o cessar-fogo deverá vigorar em todo o território libanês, em todas as frentes e linhas de fronteira.

Não pondo em causa as boas intenções expressas no comunicado, uma vez que é mais do que plausível os pró-

prios libaneses terem atingido o ponto de saturação perante um confronto armado que dilata e destrói a sua própria pátria, cabe no entanto perguntar o porquê de nenhuma referência à presença de tropas sionistas no Sul do Líbano. Será que a ocupação de uma parte do território libanês pelos israelitas, de desse modo afirmam a defesa das suas fronteiras, constitui já mais do que um facto consumado, ou seja, uma realidade irreversível?

E a presença dos porta-aviões norte-americanos, dos fuzileiros, que fazem sentir a sua força no ar, em terra e no mar? E que papel destina este acordo aos conselheiros militares e oficiais americanos que assentaram base no Ministério da Defesa libanês (o que ninguém em Beirute ignora) para melhor controlar a situação?

Um acordo só pode ser cumprido quando as partes envolvidas respeitam as cláusulas aceites de comum acordo e se respeitam mutuamente. Acontece no entanto que no Líbano



Um ano depois dos massacres de Sabra e Chatila a vala comum onde as vítimas foram enterradas recebeu as lágrimas dos que sobreviveram. Nos territórios ocupados as forças sionistas reprimiram os que pretenderam assinalar a tragédia. A paz ainda está longe do Médio Oriente

coexistem de momento forças cuja palavra não merece qualquer confiança. O impressionante aparato militar norte-americano ali concentrado, mesmo sem o auxílio das forças francesas, representa não só um elemento de desestabilização como uma verdadeira ameaça à paz desejada pelos libaneses.

Não restam dúvidas de que o exército libanês e a Frente Libanesa, composta pelos partidos fascistas de Gemayel e Camille Chamoun, aceitaram sentar-se à mesa com a oposição (Frente de Salvação Nacional de que fazem parte os partidos socialista e comunista

libanês, e o movimento shiita Amal) conscientes de que a continuação da guerra redundaria na sua autodestruição ou num confronto internacional impossível de controlar.

Mas o que visam os Estados Unidos que fizeram coincidir a chegada do «New Jersey» com o desencadear de uma campanha que subitamente descobriu forças armadas soviéticas na Síria, atribuindo à URSS toda a responsabilidade da guerra despoletada com a invasão do Líbano por Israel armado e suportado pela administração Reagán?

É difícil acreditar que após tantos anos de luta alguns ain-

da não tenham verdadeiramente compreendido que não haverá paz na região sem a resolução do problema palestino. As forças que compõem a Frente de Salvação Nacional, sobretudo o Partido Socialista Progressista e o Partido Comunista, sabem ser este um dado essencial que não pode ser deixado de fora quando todos se sentarem à mesa das conversações no desejado diálogo nacional.

Resta esperar para ver se as armas estrangeiras apontadas a Beirute não serão utilizadas de novo como «argumento» num diálogo que alguns pretendem que seja de surdos.

Perguntas incómodas que permanecem sem resposta...

No meio da multidão concentrada numa manifestação pacifista na RFA ergue-se uma voz que chama: «Acabem com o cerco à base de mísseis. Vamos antes cercar a embaixada soviética em Bona». Isto passou-se no auge da campanha anti-soviética em torno do Boeing sul-coreano. Tratava-se, obviamente, de uma tentativa de dividir e desviar dos seus objectivos o movimento da paz — e no caso concreto um dos maiores e mais dinâmicos movimentos da paz na Europa capitalista. A verdade é que este — muito claro — objectivo, não foi alcançado. Como outros, que estariam na manga, de mais directa sabotagem de Genebra. Ou de Madrid. Alguns foram entretanto obtidos, com a aprovação do «orçamento de guerra» de Reagan.

Mas se a campanha desencadeada não terá tido todos os desenvolvimentos que os seus promotores pretendiam, nem por isso deixou menos clara a questão essencial: a quem serve o caso do Boeing sul-coreano.

Por outro lado, os factos que se vão somando, apontam responsabilidades, indicam a generalização da compreensão dessas responsabilidades.

Referindo apenas alguns exemplos:

- A revista da RFA «Quick» informa que o presidente Nixon tinha lugar marcado no avião, não embarcando à última hora. Trata-se de imprensa burguesa — mas a própria referência envolve já uma — legítima — dúvida.

- Em Tóquio, o presidente da companhia aérea sul-coreana, apresentou desculpas oficiais ao Japão, deplorando que o Boeing-747 tenha violado território soviético, e as consequências dramáticas daí resultantes.

- Familiares de uma das vítimas defendem, através do seu advogado, que as indemnizações devem ser pagas pelo governo e responsáveis pelo controlo aéreo, invocando que o desvio, sobre território soviético, do Boeing, não foi acidental.

- Uma semana depois da Organização da Aviação Civil Internacional ter determinado a realização de um inquérito quanto ao caso do Boeing sul-coreano, a União Soviética é eleita para o Conselho Executivo dessa organização. Facto particularmente significativo, porque ocorre em plena cam-

panha anti-soviética, quando a nível internacional se desenvolve um grande esforço do imperialismo em isolar e caluniar a URSS, como «potência do mal».

«Quando responderá Washington?»

Esta a questão central, colocada pelo editorial do «Pravda» de 24 de Setembro, de que transcrevem largos extractos, pela forma esclarecedora como a questão do Boeing é abordada.

Aqueles que organizaram esta provocação apostam em encobrir a verdade, enganar as pessoas e, deste modo, apagar os vestígios e fugir à responsabilidade do crime que cometeram. Para o efeito, incitam à hostilidade para com a União Soviética, explorando, sem sombra de vergonha, o aspecto «humano» de todo este caso. No entanto, o mundo está cada vez mais convicto de que as autoridades norte-americanas mentem deliberadamente, procurando a todo o custo levar a opinião pública por um caminho errado.

Mas a verdade vem, progressivamente, à tona:

Ficou demonstrado, irrefutavelmente, que os serviços especiais norte-americanos, protegidos pelas mais altas autoridades dos EUA, levaram a efeito uma operação de grande envergadura em que foi envolvido todo um conjunto de meios: aviões de espionagem, navios de guerra e sistemas cósmicos. Nesta operação participaram ainda diversos departamentos dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia do Sul.

Ainda o caso do Boeing

A refutação dos factos torna-se cada vez mais difícil para os EUA.

Por exemplo: inicialmente, Washington afirmou que os serviços norte-americanos não mantiveram contactos radiofónicos com o avião sul-coreano. Depois, foi revelado que a sua tripulação manteve permanentes comunicações de rádio com os serviços de controlo aéreo dos Estados Unidos.

Afirmou-se que o «Boeing» se desviara do rumo devido a uma falha técnica. Depois, foi reconhecido que o equipamento de navegação aérea, instalado em aparelhos deste tipo, exclui totalmente a eventualidade de qualquer erro. Inicialmente, silenciou-se a presença do avião espião norte-americano «RC-135» na rota da aeronave sul-coreana. Depois, viram-se obrigados a reconhecer também este facto. Durante algum tempo Washington especulou com uma certa gravação dos contactos entre os pilotos soviéticos e os postos de controlo terrestres. Neste caso, a falsificação saltava à vista desde o início. E pronto: quando, em seguida, tentaram encontrar nestas gravações algo em que nunca se tivesse reparado, não se sabe porque, meteram-se por completo em dificuldades, o que, aliás, também só foi reconhecido sob pressão dos factos.

Quarta Pergunta: Porque razão a parte americana não adoptou quaisquer medidas, tendo todas as possibilidades para tal, a fim de por termo à grosseira violação do espaço aéreo soviético — note-se que esta violação foi reconhecida desde o início — e fazer com que o avião regressasse à sua rota internacional? Porque é que as autoridades norte-americanas não entraram em contacto com a parte soviética para lhe fornecer os dados necessários sobre o voo do avião, se, na verdade, este se desviara devido a um erro?

Quinta Pergunta: Porque razão simultaneamente com o voo do «Boeing-747», entraram em acção, na mesma zona,

Unidos e do Japão e tendo à sua disposição os sistemas duplos de radionavegação civil e militares norte-americanos, se desvia-se aproximadamente 500 quilómetros do corredor internacional, sobrevoando, durante um período prolongado, o território da União Soviética?

Segunda Pergunta: Os tripulantes do «Boeing-747» tinham ao seu dispor um sistema de radiolocalização que permite estabelecer, com segurança, se o avião sobrevoava mar ou terra. Porquê, então, não corrigiram o seu voo após terem entrado no espaço aéreo soviético, sobre a península de Kamtchatka, prosseguindo, em vez disso, o seu curso anterior embora soubessem perfeitamente que deveriam sobrevoar o oceano ao longo de toda a rota, até às ilhas Nipónicas?

Tercera Pergunta: Porque sobrevoou o avião transgressor exactamente zonas de localização de importantes instalações estratégicas soviéticas, fazendo, para tal, as manobras necessárias no espaço aéreo da URSS?

Quarta Pergunta: Porque razão a parte americana não adoptou quaisquer medidas, tendo todas as possibilidades para tal, a fim de por termo à grosseira violação do espaço aéreo soviético — note-se que esta violação foi reconhecida desde o início — e fazer com que o avião regressasse à sua rota internacional? Porque é que as autoridades norte-americanas não entraram em contacto com a parte soviética para lhe fornecer os dados necessários sobre o voo do avião, se, na verdade, este se desviara devido a um erro?

Quinta Pergunta: Porque razão simultaneamente com o voo do «Boeing-747», entraram em acção, na mesma zona,

numerosos meios da força aérea e da marinha de guerra dos Estados Unidos? Porque é que o voo do «Boeing» coincidiu com o aparecimento do satélite-espião norte-americano «Feret-D» sobre a região em causa?

Sexta Pergunta: Como se explica que na declaração do departamento de estado norte-americano se afirmasse que o avião sul-coreano informara a sua localização só relativamente a pontos de controlo convencionais e não com base nas coordenadas geográficas reais, ao mesmo tempo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão afirmava, numa declaração oficial, que o referido avião transmitira dados reais, informando que se encontrava sobre o mar de Okhotsk, 600 quilómetros a sudoeste de Petropavsk-Kamtchatski?

Sétima Pergunta: Como se explica toda uma série de «casualidades» no comportamento da tripulação do «Boeing-747» que não cumpriu as suas obrigações relativamente ao controlo da aparelhagem de navegação, não utilizou outros instrumentos que podiam estabelecer a localização do avião, não obedeceu aos sinais que os pilotos soviéticos e os serviços terrestres lhe transmitiram na frequência de emergência internacional nem aos sinais emitidos, através de manobras dos aviões soviéticos, não reagiu aos disparos de advertência com projectéis tracejantes?

Oitava Pergunta: Porque razão a tripulação do avião era tão numerosa? Não seria o pessoal adicional responsável pelo manuseio da aparelhagem especial de espionagem? E porque é que nas listas publicadas não foram revelados os nomes de todos os tripulantes?

Reagan na ONU

Onde estão as palavras de Paz?

Os órgãos de informação — de uma certa informação — divulgaram que Reagan foi à ONU fazer um discurso de Paz. Dirigentes de países da NATO apressaram-se a aplaudir a intervenção do presidente norte-americano. Arrogando-se ares de militante pacifista, Reagan soube mesmo afirmar que as suas propostas se destinam a «fazer avançar o mais rapidamente possível» as negociações de Genebra. Fala-se de «portas abertas», que bastaria a União Soviética franquear, para que a almejada Paz estivesse finalmente à mão da humanidade, que somos todos nós.

E no entanto — não falamos para já na acção prática — mesmo restringindo-nos tão só às palavras, só uma crítica vulgarizada de mistificação da realidade pode levar alguém a afirmar serem de paz as palavras e as propostas que Reagan avançou na ONU.

Antes de referir propostas — que de novo têm muito pouco — vale a pena referir afirmações feitas em tal intervenção «de paz». Porque as palavras e o tom também são sintoma, também traduzem uma política.

E assim Reagan afirmou que «O Ocidente é uma Aliança livre de governos, ao passo que o que se chama Leste é um império dirigido do centro, isto é, de Moscovo». Palavras que bem se inserem num discurso de «guerra-fria», nunca na introdução de propostas de paz. E que de par da habitual calúnia anti-soviética, falsificam a realidade do que é a NATO. Falar de liberdade quando se pretende impor os novos mísseis nucleares norte-americanos a povos que tão claramente o recusam (3 em cada 4 oeste-alemães, por exemplo) — é, pelo menos, desfaçatez. E que dizer das «livres» relações entre governos, que nem sequer são capazes de respeitar compromissos económicos — aliás bem limitados — como aconteceu imediatamente após a «cimeira dos riscos», de Williamsburg, em fins de Maio, por parte dos Estados Unidos? EUA que, durante a Cimeira, tinham assumido uma posição de clara recusa em atender reivindicações dos seus parceiros, tendentes a limitar a sua pesadíssima quota-parte no pagamento do peso da crise norte-americana.

Ao ataque aos países socialistas, soma-se o ataque dirigido contra os não-alinhados (sintoma do isolamento da política imperialista...). E Reagan lamenta que «os governos clientes da URSS, que desde há muito perderam a sua independência, tenham invadido o movimento dos não-alinhados e trabalhado contra o seu verdadeiro objectivo» (naturalmente na óptica da Casa Branca e do Pentágono). Afirmação que se coaduna mal com o facto incontroverso de que os maiores fornecedores de armas, a nível mundial, são os Estados Unidos e Israel (aqui, sim, bem se pode falar de clientes... muito por força de guerras fomentadas pelos fornecedores).

Para coroar um misto de calúnias e pretensas novas propostas temos o «Apelo» a que a URSS «reduza as tensões que impôs ao mundo durante as últimas semanas...». Dito assim, com o à-vontade da plena convicção, como se tropas soviéticas (e não as norte-americanas) estivessem a intervir no Líbano, a preparar contra-revolucionários nas Honduras ou a cercar a Nicarágua por mar. Ou ainda, a provocação com o Boeing das linhas aéreas sul-coreanas, não se caracterizasse como uma acção de espionagem sobre zonas militares estratégicas do território soviético, mas antes fosse uma violação das fronteiras dos EUA...

Propostas e prática

Mas os factos valem bem mais do que as palavras. E esclarecem de forma inequívoca o conteúdo de uma política.

• Começando pelas «novas» propostas de Reagan.

O seu conteúdo — já conhecido anteriormente à divulgação oficial na Assembleia Geral da ONU — parte de um pressuposto de que a própria lógica da realidade actual se encarrega de negar: ou seja, a pretensa superioridade militar soviética (só de passagem valha talvez a pena referir uma vez mais que a assinatura do Salt-2, entre os EUA e a União Soviética, assentou no mútuo reconhecimento de uma aproximada paridade militar).

Os EUA declaram-se «prontos a não responder à totalidade da instalação global soviética com instalação de mísseis na Europa...» mas «reserva-se o direito de instalar mísseis noutros sítios». Ou seja, não só é negada a paridade, como a proposta é de ampliar ainda mais, no plano geográfico, a colocação dos novos mísseis nucleares norte-americanos — que pelas suas características, e nunca é demais repeti-lo, são armas de primeiro golpe, ou seja, armas de ataque.

Quanto à proposta com que se diz contemplar «a vontade soviética de incluir num acordo aviões (bombardeiros tácticos portadores de armas nucleares) e também mísseis», continua a ser deliberadamente ignorada a existência de um potencial nuclear em países da NATO, como é o caso da França e da Grã-Bretanha.

Em síntese, trata-se de variantes da «opção zero» em



Ao mesmo tempo que se alarga nas populações a consciência dos perigos de uma guerra nuclear, o movimento pela paz contra a instalação dos mísseis americanos cresce e reforça-se um pouco por toda a Europa

MORREU YUSSUF DADOO

Morreu no passado dia 26, em Londres, o camarada Yussuf Dadoo, presidente do Partido Comunista da África do Sul.

Destacado dirigente da luta do povo africano contra o racismo e o «apartheid», o camarada Dadoo, que contava 74 anos, dedicou a maior parte da vida ao seu Partido e ao seu povo, pela liberdade, a justiça e a paz.

O Congresso Nacional Africano (ANC), de que o Partido Comunista sul-africano é parte integrante, promoveu no passado sábado em Maputo uma sessão de homenagem ao dirigente extinto cujo passado de militante constituiu um exemplo e um estímulo para os que possuem uma batalha sem tréguas ao tenebroso regime de Pretória.

Yussuf Dadoo não era um desconhecido para os comunistas e trabalhadores portugueses. Por duas vezes, como representante do PCAS, visitou o nosso país, onde reforçou os laços de solidariedade existentes entre os dois Partidos e a convicção de que o povo

português é um aliado fiel no combate ao fascismo, ao imperialismo, ao «apartheid».

O camarada Dadoo esteve presente no VIII Congresso do PCP e voltou a Portugal para uma visita de cinco dias em Setembro de 1981, altura em que visitou vários pontos do País e contactou com diversas organizações do Partido e organismos de trabalhadores.

Ao tomar conhecimento da morte de Yussuf Dadoo o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da África do Sul o seguinte telegrama:

Queridos camaradas, ao tomar conhecimento do falecimento do camarada Yussuf Dadoo, presidente do vosso partido, expressamo-vos as nossas sentidas condolências e sentimentos de fraternal solidariedade na luta dos comunistas e do povo da África do Sul pela liberdade e independência contra o criminoso regime de «apartheid».